ALBANO BELLINO (1863-1906) E O PATRIMÓNIO BRACARENSE: UMA CRUZADA (QUASE) *IN*GLÓRIA. UM PRIMEIRO OLHAR*

por

Ana Cristina Martins**

Resumo: Numa época que despertava para a salvagurda patrimonial, Albano Bellino foi uma das muitas personalidades que promoveu entre nós, o gosto e o desejo de preservar o que ilustrasse a importância do passado das regiões que habitvam, apesar dos inúmeros obstáculos que enfrentavam neste domínio. Constitui, pois, esta uma singela homenagem à sua memória, volvido um século sobre a sua morte.

Palavras-chave: Arqueologia; Braga; Salvaguarda patrimonial.

Abstract: In a time dominated by the interest towards the National Heritage, Albano Bellino was one of those individualities profoundly committed with the protection of everything which could illustrate the past of the regions they inhabited, a particularity we intent to put in evidence.

Keywords: Archaeology; Braga; Saveguard of Cultural Heritage.

«Registo [...] o essencial para que se veja
como fora do nosso *meio* invejoso e malévolo,
há quem comprehenda o alcance
d'estes trabalhos momentosos,
e saiba retemperar para a lucta os que
como eu se dedicam de boa vontade
e com os mais louváveis intuitos.»[1]

---

* O presente texto não poderia deixar de ser dedicado ao Prof. Doutor João Luís Cardoso, que no-lo propôs, em resultado de uma comunicação apresentada por nós em 2006, na Secção de Arqueologia (de sua presidência) da Sociedade de Geografia de Lisboa, a propósito do primeiro centenário da morte de Albano Bellino.

** Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Ana Cristina Martins é Doutorada em História pela Universidade de Lisboa, Mestre em Arte, Património e Restauro e Licenciada em História – variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da mesma Universidade. Tem dedicado os seus estudos à História da salvaguarda do património artístico e arqueológico em Portugal, assim como à História da evolução do pensamento arqueológico e museológico. Possui várias publicações sobre estas temáticas, algumas das quais decorrentes de comunicações apresentadas em congressos nacionais e estrangeiros. Email: ana.c.martins@netcabo.pt

[1] BELLINO, A. (1896). *Novas inscripções romanas de Braga (ineditas)*. Braga: Typographia Lusitana, p. X.

1. CONTEXTO(S)

Albano Bellino.
(Fonte: Albano Bellino, *Inscripções e Lettreiros da Cidade de Braga*, Porto, Typographia occidental, 1895).

Ultrapassado o conflito entre miguelistas e liberais (=passado e futuro), puderam estes implementar uma série de reformas fundamentais ao desenvolvimento do país, garantindo, desse modo, a sobrevivência do próprio regime. E a nova estratégia de actuação contemplava, em conformidade ao espírito vertido nos programas governamentais das principais urbes liberais, a (re)interpretação do passado, manutenção e elevação de algumas das suas páginas, ao mesmo tempo que a sua propagação junto das novas gerações, transformando-as, também por essa via, no seu suporte contínuo. Ao tomar a ombros a tarefa de preservar estruturas ilustrativas da ancestralidade portuguesa, o Liberalismo não se limitava a aproximar-se de práticas preponderantes além-fronteiras, desenroladas nos palcos decisórios, por excelência, do futuro europeu ou, melhor, dos propósitos economicistas das superpotências de traçado imperialista. Na verdade, reconhecia-se que uma das escassas formas de suplantar, se não em definitivo, pelo menos de maneira mais consistente, as anteriores agendas políticas residia na musealização (=apresentação) de expressivos 'espaços-memória' das regências superadas, enclausurando-os após despojá-los dos protagonistas primitivos, laicizando-os e convertendo-os em novos *valores* de uso.

As sucessivas invasões francesas (as quais, ao mesmo tempo que possibilitavam o contacto com os filhos revolucionários, marcavam o prelúdio tantálico de materiais antigos), o êxodo da Corte para o Rio de Janeiro (e com ela o acervo artístico de inúmeros palácios e palacetes), a presença das tropas britânicas entre nós, a perda do ouro brasileiro, as sangrentas lutas liberais (designadamente as sobrevindas entre 1832 e 1834[2]) e o exílio de partidários miguelistas impediram a implementação de qualquer medida concertada de defesa do posteriormente entendido como 'património-histórico cultural' sujeito à ignomínia, à ignorância populacional e a malquerência contra a simbólica do *Ancien Régime*, ao mesmo tempo que Portugal obviava o movimentadíssimo mercado europeu de peças artísticas e arqueológicas, despontado em plena campanha napoleónica, balizada entre 1793 e 1815[3].

Não devemos, no entanto, olvidar que a sociedade ocidental decidiu outorgar uma feição e um papel político a objectos representativos de um determinado passado, ao mesmo tempo

---

[2] RODRIGUES, P. A. R. S. (1998). *Património, identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de oitocentos*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, p. 28.

[3] BENDONCES, A. C. L. (1997). La labor arqueológica de las Comisiones de Monumentos. El exemplo de la Comisión de Monumentos de Navarra. *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, pp. 239-243.

que da identidade instituída da realidade produzida, por oposição ao "outro", justamente numa altura em que emergira um novo estatuto, o de "Belas Artes", com base no qual se elevaria todo um edifício ideológico-administrativo[4], conferindo-lhe uma lógica 'patrimonial' até então desconhecida, porquanto assumida por intuitos simplesmente religiosos ou socialmente prestigiantes. Havia, porém, que fazê-lo reconhecer publicamente, sob pena de perder a sua nova utilidade ideária. Uma vez inventado, urgia, pois, publicitá-lo e arreigá-lo no quotidiano liberal oitocentista de modo a evitar o seu desvanecimento, (re)vivendo o passado como se do presente se tratasse, a fim de unificar um território e uma população, alimentando a ideia de uma comunidade perfeita e intemporal assente na tradição judaico-cristã e num modelo rural(izado) de estirpe medieval. Era como se se eternizasse a si mesmo, ainda que a identidade seja continuamente moldada por um jogo de espelhos e se manifeste numa (meta)linguagem muito própria, mitificada e mitificando a ideia do ser português e do ser Portugal[5].

Mas se o abandono de edifícios emblemáticos de governações precedentes potenciou o seu recorrente menosprezo, a extinção das Ordens Religiosas (decretada a 30 de Maio de 1834, um ano antes de Espanha) e a desamortização dos bens da Casa do Infantado implicaram a sua destruição sistemática de forma consciente e institucionalizada, assim como a sua apropriação pela nova aristocracia liberal. Apesar dos intentos governamentais de obter dessa forma os dividendos imprescindíveis à execução dos seus planos políticos (ao mesmo tempo que de afastar um dos principais focos de contra poder), tomaram-se, desde logo, medidas de resguardo da "memória" secular do país encerrada em conventos e mosteiros. A primeira tentativa ocorreu ainda em 1832, na cidade do Porto, através de um decreto instituidor de uma comissão para acolhimento das bibliotecas e alfaias religiosas pertencentes às casas regulares portuenses, ao mesmo tempo que se procurava velar pela conservação e administração dos edifícios agremiados. Contudo, o decreto de 15 de Maio de 1833 extinguiu todos os conventos, hospícios e mosteiros (supostamente) abandonados, determinando a incorporação do respectivo património nos denominados "bens nacionais", desferindo-se o golpe final no ano seguinte (*vide supra*), questionando-se as verdadeiras intenções desta aparente precipitação. Desde a necessidade de obter rapidamente o empréstimo contraído pelo Governo em Londres, até impedir que os religiosos resgatassem parte do património nacionalizado, terão sido várias as razões para um tão célere desenrolar dos acontecimentos. Em todo o caso, tais medidas não equacionaram a relevância da inventariação e preservação de um espólio detentor da História do próprio país. Ao não se ponderar a transferência do espólio artístico das casas religiosas, demonstrava-se que o principal objectivo da sua extinção não fora propriamente estético. Pelo contrário. Fora uma das poucas soluções encontradas pelo Estado para saldar as enormes dívidas assumidas no estrangeiro, e cujos juros havia que liquidar sob pena de perigar a própria sobrevivência do regime liberal.

Tomaram-se, no entanto, medidas de salvaguarda parcial deste património. Disso é bem ilustrativa a Portaria publicada a 18 de Junho de 1834, para entrega, à Biblioteca Nacional, das colecções de livros, obras de Arte e instrumentos científicos conventuais. Passados dois anos, foi a vez de o Ministro do Reino L. da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846) atribuir à Academia Real das Ciências de Lisboa o inventário dos edifícios das abolidas ordens regu-

---

[4] HÉRITIER, A (2003). *Genèse de la notion juridique de patrimoine culturel. 1750-1816*. Paris: L'Harmattan, p. 14.

[5] *Cf.* CARVALHO, F. S. (1999). *Rostos de uma identidade lusitana: reformulação do mito sebástico em cavaleiro andante de Almeida Faria*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Estudos Portugueses – Literatura Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

lares, numa tentativa de (re)avivar o espírito subjacente aos alvarás de 1721 e de 1802, ou seja, de enquadrar os vestígios antigos no entendimento de evolução histórica e de obstar ao desbaratamento da "memória" dos monumentos incorporados na Fazenda Pública. Sobretudo agora que a sua venda se aproximaria de modo vertiginoso, certamente animados pela experiência francesa de 1810, quando, inspirado no exemplo do conde Alexandre-Louis-Joseph de Laborde (1774-1842), político, literato e arqueólogo francês, a quem se devera, ainda em pleno Império, o lançamento de inquéritos sobre monumentos provinciais[6], ordenando-os cronologicamente[7], Jean-Pierre Bachasson, 1.º conde de Montalivet (1766-1823) ordenou o levantamento dos castelos e abadias sobreviventes ao arrebatamento revolucionário[8].

A prática portuguesa não suscitou, todavia, como em França e em Espanha, a criação imediata de uma comissão específica de monumentos, ainda que, logo em 1842, se defendesse a formação de uma associação consagrada à preservação dos edifícios religiosos, embora (sintomaticamente) por mão de um estrangeiro, A. Varnhagen (1816-1878)[9]. Mas o que a medida (*vide supra*) de L. Mouzinho de Albuquerque nos demonstra é o assentamento da consciência 'patrimonial' (sem ainda o ser no entendimento actual) do novo regime, ela própria perfeita de uma noção de perda e de ausência, decididamente relembrando as experiências anteriores, conquanto protagonizadas pela Monarquia Absoluta, enquanto era olhada como outro meio de harmonizar as gentes em torno de um ideal de fraternidade e universalismo. Um sentido desenvolvido e materializado nesse 'bem' comum que se tornaria (ou se imporia) o "património histórico-cultural", autêntico cristalizador do tempo, de todos, para todos e por todos comprazido e preservado, sem espaço a dúvidas, repartições e dissensões politico-partidárias e socio-económicas, numa incontestável manifestação estatal do monopólio sobre e do *belo*, motivando, por exemplo, e mercê dos esforços envidados pelo Marquês de Sousa Holstein, a criação de uma Galeria Nacional de Pintura com os objectos provenientes dos extintos conventos[10]. E, muito brevemente, transformar-se-ia no elemento congregador do espírito nacional(ista) fundamental à (super)vivência do território em momentos delicados da sua vivência, como se de arautos da liberdade e da concórdia interna se tratassem, agora que o corpo e a vida anteriores se tivessem desvanecido (talvez) para sempre.

---

[6] BERCÉ, Françoise (2000). *Des monuments historiques au patrimoine. Du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Flammarion, p. 8.

[7] NETO, M. J. B. (2001). *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929--1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 36.

[8] BERCÉ, Françoise (2000). *Idem*, p. 21.

[9] VARNHAGEN, F. A. (1842). *Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem*. Lisboa, p. 1

[10] MANAÇAS, V. M. T. M. (1991). *Museu Nacional de Arte Antiga. Uma leitura da sua História (1911-1962)*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, p. 16. Neste trabalho confere-se especial relevo à acção dos seus mentores e principais directores, com destaque para a figura do Marquês de Sousa Holstein, referência incontornável do panorama museológico português oitocentista e um dos principais propugnadores da formação de museus entre nós, enquanto parte fundamental de uma política 'patrimonial'. Uma cruzada que manteve desde muito cedo, embora com maior empenho após a sua nomeação, em 1862, para o cargo de vice-inspector da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, onde desempenhou um papel assinalável nas comissões para a reforma do ensino artístico em Portugal e na elaboração de um plano de organização de um museu de âmbito nacional, assim como de carácter industrial e itinerário (a exemplo das exposições promovidas pelo *South Kensington Museum*). Uma iniciativa fortemente influenciada pelo pensamento de William Morris (1834-1896) e do escritor e crítico de Arte inglês John Ruskin (1819-1900), no âmbito de um projecto de dimensão sociológica bastante abrangente, relacionado com o desenvolvimento pedagógico e económico essencial ao progresso dos países ocidentais, aproximando as populações dos produtos culturais, uma ideia profundamente acarinhada pela Europa esclarecida.

Era, porém, imprescindível corporalizar uma nova existência assumida pelo Liberalismo através da legislação estendida à própria noção de "património" (embora ainda despedida dessa designação), como símbolo maior de um tempo que já não o era e de um outro que florescia em toda a sua energia, num acto contínuo de rupturas feitas continuidade, tal infindável fio de Ariadne, indispensável a uma sociedade que temia não conseguir percorrer um labirinto do qual tinha ainda dificuldade em derivar. Em todo o caso, não deixa de ser interessante que, a par da recuperação do espírito subjacente ao *mouseion* e à devoção consagrada a *Mnemosine*, a contemporaneidade europeia retomasse a essência do acto helénico de deposição de objectos nos templos (modelo estrutural de parte significativa dos novos espaços museológicos, casos do *Altes Museum*, de Berlim, e da Glipoteca, de Munique), legislando a preservação de testemunhos materiais de acções passadas, transformando-os, ainda que sob outras designações, em *hierones* ou *sacruns*. Dotavam-na, assim, de um carácter inviolável, já não por pertencerem ao ciclo dos deuses, mas dessa entidade que tudo e todos passou a regular e tutelar, o *Estado*, formado por cidadãos, agora ajustados a novos ritos e rituais, nos quais avultaria (para o assunto que agora nos importa) a punição por destruição e/ou deslocação dos artefactos legalmente protegidos.

Pouco tempo depois, surgiram as primeiras notícias referentes a sucessivos assaltos perpetrados contra tão inestimável património, privados que se encontravam os edifícios religiosos da sua utilização secular e ancestrais ocupantes. Reafirmavam-se, assim, os mais profundos receios enunciados pelos maiores vultos da nossa cultura, para quem a preservação dos monumentos seria apenas possível através da aplicação de uma legislação apropriada, necessária a um país onde as glórias materiais de antanho eram mais bem apreciadas por estrangeiros do que por nacionais. Também por isso, L. Mouzinho de Albuquerque procurou estabelecer as bases de um plano governamental de conservação e restauro dos monumentos na lei publicada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 1840, atribuindo-se o seu arrolamento às autoridades locais e a classificação à Academia das Ciências, curiosamente (ou, talvez, não) no mesmo ano em que a gálica *Commission des Monuments Historiques* apresentava a primeira lista dos edifícios antigos merecedores de resguardo, conservando-os e/ou restaurando-os. Mas também este projecto cairia na profunda indiferença institucional, talvez por emanar de uma individualidade solitária nesta demanda tão específica. Revelou-se, não obstante, uma das primeiras manifestações contemporâneas ocorridas entre nós de um substrato (mesmo que reduzido) de reconhecimento definitivo deste assunto como público e, também (ou sobretudo) por isso, de ampla repercussão social e socializante, cuja execução passava a ser garantida pelo Estado correspondente a um (eventual) único espaço geográfico-cultural/mental.

Nem mesmo os casos sobrevindos noutros países no auge de destruição ideológica revolucionária de 1789 (de raízes norte-americanas) impediriam a aplicação de medidas congéneres entre nós, numa altura em que as "antiguidades nacionais" se convertiam em "monumentos nacionais", num sinal evidente da mutação operatória a que eram sujeitas, qual *fenix* renascida das cinzas. De facto, foi no seio da destruição ideológica que emergiu o sopro da institucionalização monumental, nomeadamente através da considerada como primeira "Carta" oficial de um Estado contemporâneo para deter o vandalismo [termo criado pelo Abbé Henri Grégoire (1750-1831)[11]] '(proto)patrimonial', decretado em 1894 pela *Convention Nationale*[12].

---

[11] CHASTEL, A (1986). La notion de patrimoine. In NORA, P., ed. lit. – *Les Lieux de Mémoire*. 2. Paris: Éditions Gallimard, p. 414; RÉAU, L. (1994) – *Histoire du Vandalisme*. Paris: Éditions Robert Laffont, p. 9.

[12] BLANCO, J. R. (2001). *De varia restauratione. Teoría e historia de la restauración arquitectónica*. Valladolid: R&R, p. 108.

E encontrado que estaria o caminho, definir-se-iam arduamente o objecto e a metodologia de actuação, assim como os monumentos a preservar e a(s) forma(s) de protegê-los. Não obstante, os interesses económicos sobrelevaram-se e a recorrente oposição de prelados às causas liberais determinaram a extinção das ordens regulares do país (*vide supra*), concorrendo para a sua sistemática e paulatina destruição, relembrando o combate do *Young England* pelo aperfeiçoamento das *historical novels*, e para o qual o declínio inglês principiara, justamente, com a dissolução dos mosteiros ordenada por Henrique VIII (1491-1547) e cimentada pela oligarquia *whig*[13]. Colocados em hasta pública os que não eram moldados às novas necessidades administrativas e militares, a maior parte destes edifícios em Portugal recaiu em mãos particulares frequentemente destituídas dos conhecimentos históricos e da sensibilidade artística imprescindíveis à conservação da sua dignidade. Era, no fundo, como se, à semelhança do que sucede amiúde nos fenómenos semióticos, se perdesse para sempre a espiritualização essencial à preservação formal da matéria temporalizada e especializada que lhe conferia uma permanente vivência morfológica, reunindo o passado, o presente e o futuro nas peças monumentalizadas, enquanto forças estabilizantes da memória. Mas, como já se predizia, o futuro demonstrou como este processo decorria de uma permanente ruptura estrutural, sendo, por isso, plausível recuperar o seu primevo significado abstracto.

Demoliam-se, deturpavam-se e reutilizavam-se de forma (por vezes) inconcebível estes monumentos, talvez (ainda que inconscientemente) na esteira do conceito kantiano e heleniano de espaço conformado ao seu uso, mesmo que diferenciado do primordial. Usavam-se túmulos medievais e modernos como comedouros de animais; casas mortuárias como celeiros; claustros, casas de capítulo e refeitórios conventuais para arregimento de múltiplos batalhões. Tudo parecia coadunar-se às novas vivências liberais. Mas foram várias e assaz veementes as vozes elevadas contra tão ignara situação que em nada prestigiava as nossas gentes e cultura. Ao contrário. A visão de tal barbaridade era por muitos considerada como *a* evidência de uma ideia há muito estabelecida além-fronteiras acerca da população portuguesa, confirmando a convicção de estetas norte europeus sobre a penúria e a decadência dos povos mediterrânicos. Pois, tal como as viagens realizadas pelos territórios italiano e grego num contexto de *Grand Tour*, os périplos cumpridos entre nós por pensadores estrangeiros almejavam, antes de mais, a (re)descoberta e registo do goticismo nacional de raízes inglesas, não parecendo movê-los qualquer interesse pelos feitos portugueses e suas particularidades intrínsecas.

Mesmo acérrimos críticos de acções clericais, como J. B. S. L. de Almeida Garrett (1799--1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), reconheciam o erro capital cometido pelo Governo liberal ao extinguir as ordens regulares, enquanto a recristianização católica vivida na Inglaterra desde finais do século precedente e aprofundada pelo revivalismo religioso impresso no *Church Bulding Act* (1818), na *The incorporated society for promoting the enlargement, building and repairing of Church and chapels* (mais conhecida por *The Church Bulding Society*) (1818) e no *Oxford Movement* (numa época em que o país reemergia como potência internacional) e, sobretudo, no *Ritualism* (por oposição ao *Tractarianism*), já em pleno *High Victorian*, contra as forças secularizadoras despertadas ao longo da Europa oitocentista, abria caminho ao aclamado *gothic revival* (essencialmente britânico até ao final de setecentos), ou melhor, *gothic survival*, na sua eterna demanda do *Graal* nacional, tendo o Cristianismo como principal elemento

[13] RAMOS, I. F. (2002). *O Poder do pó. O pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 173-174.

catalisador, elevando-se a língua vernácula simbolizada na finalização da catedral *gótica* de Colónia, verdadeira ode ao nacionalismo germânico[14]. Associavam-se organicamente, deste modo, sociedade e arquitectura pela conjugação mística, religiosa e nacionalista (cultural, política, étnica e cívica, gerando solidariedade social e o próprio 'Estado-Providência'), de par com o historicismo romântico e a moral.

Todavia, e apesar de cometimentos obscuros e questionáveis, os mais cultos clérigos portugueses revelavam-se, sem dúvida, os últimos grandes baluartes e garantes da nossa especificidade cultural através da preservação do vastíssimo património cultural aduzido durante o longo processo de afirmação portuguesa, reconhecendo-se, como nos casos de Luciano B. Cordeiro de Sousa (1844-1900) e Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos (1855-1936), que «Ao clero portuguez cabe principalmente a gloria de haver conservado o que ainda resta do nosso patrimonio artistico.»[15]; sublinhando o inspector da Academia de Belas Artes do Porto[16], o hagiólogo e sociólogo Francisco Teixeira de Aguilar e Azeredo, conde de Samodães (1828-1918)[17], que integrara o primeiro ensaio associativo de inventariação patrimonial (1866), e a propósito da igreja de S. Martinho da Cedofeita, que,

> A abolição violentemente feita das Ordens religiosas trouxe consigo o latrocinio em larga escala, apoiado nas falsissimas ideias da epoca, que fasiam dependente a liberdade da completa ruina dos monumentos religiosos e de tudo quanto n'elles se encerram, como se fóra possivel haver autonomia entre liberdade e a religião christã, que fóra a primeira a proclamal-a e a mantel-a com um codigo de preceitos amplamente liberaes e egualitarios, que tem até dado argumento aos niveladores da sociedade e as escolas mais dissolventes. Era todavia tão grande a abnegação dos espiritos na epoca em que a guerra civil terminava pela implantação do systema constitucional, que se julgou necessario atacar a religião em toda a parte, suppondo-se que só assim elle se poderia consolidar. Erro funesto foi este para perturbar as consciencias, prolongar hostilidades, que cahiam de per si por não terem base, e privar o paiz de valores litterarios, artisticos, e architectonicos, que representavam em grande parte factos gloriosos dos nossos passados, e manifestavam a sua autoridade e o seu merito. Felizmente passaram esses absurdos preconceitos. A Igreja Catholica restaura os seus direitos, e todos os homens de importancia recuperaram ideias sãs, de que a erronea e mal orientada paixão politica os desviára[18]

O principal obstáculo à salvaguarda patrimonial residia, agora, na ascendente classe burguesa, nos barões saídos das guerras liberais, nem sempre sensíveis à preservação monumental e descrentes na força que a *memória* nacional ainda exerceria sobre a sobrevivência do poder recentemente alcançado. Inventar-se-ia, contudo, e como sucedera na França revolucionária, o "vandalismo" como legitimador da exautoração de poderes regionais e locais, acusando-os de iconoclastia robespierriana e enfraquecimento da nova agenda iluminista, justificando-se, desta maneira, apropriações patrimoniais.

Mas, porquê e para quê preservar?

---

[14] BAUMER, F. L. (1992). *O Pensamento Europeu Moderno*. 1. Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 101.

[15] ORTIGÃO, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, p. 85. Sublinhado nosso.

[16] CARDOSO, A. (1997). *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do séc. XX*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 15.

[17] *Cf.* GONÇALVES, E. C. C. (2003). *Católicos e políticos (1870-1910): o pensamento e a acção do Conde de Samodães*, Texto policopiado. Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[18] Arquivo Histórico da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa (A.H./A.N.B.A.L.), *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Igrejas. 3.º volume (M-V)*. 31/01/1898. Inédito. Sublinhados nossos.

Uma questão de não somenos importância, especialmente quando, sem lhes conferir nova função contemporânea, se revelavam completamente desenquadrados da recente realidade social. Não seria fácil obter uma resposta unívoca, quedando, ao menos numa primeira fase, evocar a sua relevância para a cimentação do ser e do sentir nacional(ista), rasgando-se paulatinamente caminho ao sentido de valorização estética da sua materialização. Para tal, urgia encontrar formas e modos de interacção quotidiana das gentes com os monumentos, sítios e/ou objectos móveis. Mas, que medidas tomar perante a (aparente) incapacidade e o desinteresse governamental pela conservação monumental? Como reverter a situação? Quais as soluções passíveis de garantir a conservação da nossa *memória* histórica?

A intelectualidade liberal formada no exílio londrino e parisiense e jovens académicos instruídos nos principais estabelecimentos de ensino superior europeus uniram esforços e vontades para preencher um vazio persistente no horizonte político português, quando a euforia revolucionária e anticlerical se esbatia e o estudo e preservação dos documentos medievos eram sobrelevados pelo *Romantismo*, (re)descobridor e (re)inventor, por excelência, da Idade Média[19], em alternativa à visão mecanicista neoclássica, promovendo-se uma maior proximidade com a natureza humana, sublimando-se emoções em detrimento de um suposto (e/ou pretendido) ideal, assomado numa época de profundas crises identitárias (de ponderação voltairiana) transpostas para a própria identificação pessoal, agora que as populações se sentiam órfãs de um passado que as deixara à sorte de um presente e de um futuro que não compreendiam mas que as aglutinava a cada raiar solar.

E se os reptos da facção liberal portuguesa apenas ecoavam em corredores e salas parlamentares, o poder da pena era amplamente utilizado por intelectuais de excepção, reunindo saberes e capitais económicos para fundação de veículos de comunicação necessários à exteriorização dos seus mais profundos anseios perante a inexistência de um espaço adequado à explanação dos seus ideais culturais. Publicaram-se, então, romances, ensaios e artigos de opinião, em cujas páginas se afirmava uma vontade férrea de tudo fazer em prol da salvaguarda da *memória* nacional mediante a preservação dos seus mais emblemáticos ícones. Agora que se cortara epistemologicamente com o passado recente, apartando a instrução das jovens gerações do domínio eclesiástico, havia que assegurar a divulgação e vulgarização de conhecimentos científico-tecnológicos e literários à luz de um novo iluminismo, de um *positivismo*[20] ao serviço dos projectos liberais, protegendo representações anteriores do ideal de "Pátria". Enquanto isso, o monismo materialista prosseguia a sua demanda, afastando as efabulações teológicas e as especulações metafísicas do epicentro da actividade científica, mesmo que a radicalização do cientismo arredasse investigadores e filósofos em prejuízo do entendimento universal.

Não bastava, porém, batalhar pela conservação de um ideário feito matéria, mesmo quando a alfabetização e a opinião pública se revelavam fundamentais para o exercício do novo poder político. Havia que realizar alguns dos seus principais pressupostos, sob pena de se tornarem vãos os seus combates. Movidos pela ânsia de transformar o Mundo com o espírito e a capacidade intelectual, traçou-se um projecto de conservação monumental entre as linhas editoriais, com o apoio incessante da sensibilidade artística de D. Fernando II (1816-1885), depois de, em 1860, o bibliotecário-mor instar junto do Governo para que implementasse as

---

[19] BROWN, D. B. (2001). *Romanticism*. London: Phaidon, p. 12-13.

[20] LUZ, J. L. B. da (2002). A propagação do positivismo em Portugal. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4:1 I. *As Luzes*. Lisboa: Caminho, p. 239-261.

prerrogativas do olvidado Alvará de 1802, entendendo-se que as competências nele inscritas deveriam ser transferidas das autarquias para os governadores civis face à necessidade da sua célere execução. As ideias ganharam gradualmente corpo e apoio social, num processo culminado em 1863 com a fundação da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (*RAACAP*), num contexto de reestruturação fontista planeada para o *Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria* (*MOPCI*)[21], décadas após a criação de organismos similares em França, Espanha e Alemanha, movidos, certamente pelo modelo britânico, onde os cânticos românticos incentivaram a constituição de associações locais e regionais de salvaguarda monumental sem revoluções e intervenção estatal[22], inspirando a formação, por exemplo, da *Société Française d'Archéologie*, reconhecida matriz organizacional neste campo de actuação.

Tratar-se-ia, no entanto, entre nós, de um vasto terreno por desbravar e repleto de contrariedades devido a um quase total desconhecimento da realidade que se tentava moldar. Tal como Almeida Garrett frisara, um dos sérios problemas levantados à acção da *Commisão dos Monumentos Nacionaes* (*CMN*) (*vide infra*) revelou-se, não tanto o desinteresse governamental, quanto a insuficiência de quadros qualificados. Uma realidade que a *RAACAP* tentou ultrapassar com a formação de uma vasta rede de "sócios correspondentes", aos quais competiria inventariar os monumentos regionais e locais, congregando capitais em prol da sua salvaguarda e divulgá-los junto de edilidades públicas e populações.

Não obstante, as populações não descodificavam discursos pronunciados; os responsáveis municipais abraçavam preferencialmente intentos económicos e o Governo central, através das delegações do *MOPCI*, elevava interesses políticos e financeiros com o apoio de engenheiros desconhecedores dos fundamentos da "arquitectura artística", a quem se confiavam estaleiros monumentais. Anunciava-se, por conseguinte, uma longa e problemática contenda, enquanto se formavam gentes e entidades administrativas, sensibilizando autoridades locais e centrais para o papel (quase) insubstituível da conservação monumental na preservação do próprio ideário liberal, ainda que colidisse com uma profunda ignorância e incompreensão, como sublinhava A. Herculano,

Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata: e o mais é que não há como colhê-lo às mãos e afoga-lo; porque, semelhante a cómico perfeito, desempenha todos os papeis, e veste-se com todos os trajos. Aqui é vereador municipal; ali administrador de concelho! Ora é ministro; logo deputado: hoje escritor; amanhã empregado publico: corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de débito e crédito no escritorio do mercador; dá silabas em latim de missais, prega, por cafés, sermões de economia politica, e de direito publico; capitaneia soldados; vende bens nacionaes, ensina ciências: emfim é tudo, e mora por toda a parte[23]

Alguns literatos (A. Garrett incluído), possivelmente inspirados em Victor Hugo (1802-1885) e no conde de Montalembert (1810-1870), ambos animados com o emergente movimento neo-catolicista, afeiçoavam uma vivência ancestral feita oralidade, sublinhando a premência de «[...] copiar da nossa natureza, e deix[ar] em paz Gregos, Romãos e toda a outra gente

---

[21] FERNANDES, J. M. (1999). Ministério das Obras Públicas. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 485-486.

[22] HENSON, P. M. (2004). A national science and a national museum. *Proceedings of the Californian Academy of Sciences*. 55, 1: 3. San Francisco: Californian Academy of Sciences, p. 39.

[23] Alexandre Herculano, citado por FERREIRA, D.-M. (1997). *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, p. 8.

[sendo] preciso [...] estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as legendas em prosa, as fábulas e crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas [...].»[24]. Pois, como mencionaria Ramalho Ortigão (1836-1915), «[...] nos temos submettido por tantas centenas de annos ao despotismo de Vitruvio e das suas cincos ordens, com os seus correspondentes aphorismos de proporção e de symetria, seu pedestal, sua columna e seu entablamento [...].»[25]

Reafirmava-se, assim, o predomínio da *varietas* e do sentimento romântico sobre a racionalidade clássica, excessivamente geometrizante para ilustrar os ambientes evocados nos pergaminhos do tempo, onde gentes e matérias se fundiam no respeito pela Natureza que lhes dera vida e sentido. Extraíam-se, assim, ideias das imensas paredes silenciosas dos monumentos, enquanto os mitos, lendas e feitos heróicos perfaziam uma História baseada no entendimento oitocentista francês de "monumento", como delegado supremo de representações imagéticas, formando uma *série compléte et sans lacune*[26], num reconhecimento do pensamento iluminista artístico e civilizacional enquanto repositórios tridimensionais da época em que foram afeiçoadas, numa atmosfera revisitada nos próprios edifícios[27].

Não surpreendia, por conseguinte, que a Idade Média fosse utilizada ideologicamente por se contrapor ao suposto decadentismo estético oitocentista, acentuando o diferencial observado entre paisagens medievais e contemporâneas, as últimas das quais apartadas da primitiva essência marcada pela *fé* cristã. Fundamentava-se, por conseguinte, a convicção de Augustus Welby N. Pugin (1812-1852) sobre o florescimento arquitectónico[28] apenas no seio da Igreja Católica Romana[29] e não no quadro estatal[30], mais adequado aos propósitos liberais, por desamarrar os súbditos da fidelidade dinástica e apô-los à noção de soberania popular e nacionalismo, a primeira forma de organização política europeia influenciada pela ideia herderiana de nação cultural como reacção ao hedonismo filosófico iluminista. Na realidade, os próprios conventos, mosteiros e igrejas mantiveram-se de pé enquanto regidos por vontade eclesiástica mediante uma utilização diária. Retirados à sua tutela ancestral, mais não eram do que corpos inertes votados ao natural fluir dos tempos e impiedade dos homens.

Tornava-se, portanto, necessário que a população se revisse nos monumentos "pátrios" revestidos do génio passado, enquanto *valores-refúgio*, desenhando-se o conceito de *monumento* e, em especial, de *monumento histórico* directamente conectado ao *valor de uso* e de *antiguidade*, como meio de evitar a perda definitiva de um passado recente e de auto-afirmação perante o 'outro', protagonizando a burguesia atemorizada pelas invasões francesas e a aristocracia despojada do seu papel secular o culto pelas "antiguidades nacionais". E a diversidade cultural preconizada por pensadores alemães, como J. G. Hamann (1730-1788), obteve, na senda do napolitano Giambattista Vico (1668-1744), um impacte decisivo em todo este processo ao contrapor as teses universalistas das *Luzes*, fundamentando-se, como reacção às sucessivas

---

[24] GARRETT, A. (1997). Introdução. *Romanceiro Almeida Garrett*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 3.

[25] ORTIGÃO, R.. *Idem*, p. 143.

[26] RECHT, R. (2003). Hommage a Prosper Mérimée. L'invention du monument historique. *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 4. Paris: Académie des Inscriptions et B elles-Lettres, p. 57.

[27] MURPHY, K. D. (2000). *Memory and Modernity: Viollet-le-Duc at Vézelay*. Pensylvania: Pensylvania State University Press, p. 10.

[28] RAMOS, I. F. (2002). *O Poder do pó. O pensamento social e político de John Ruskin*, p. 131 e 136.

[29] Id., *Idem*, p. 131.

[30] GAMBOA, M. E. N. (1999). *Liberdade, igualdade, identidade nacional: uma leitura liberal do nacionalismo*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Teoria e Ciência Política. Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, p. 18-21.

imposições do racionalismo francês, a imagem de *Sturm und Drang* (*Storm and Stress*). Verdadeira elegia ao *Eigentümliche*, ela traduziu-se, a partir de meados de setecentos, e na boa tradição introspectiva pietista, na análise de factores irracionais do desenvolvimento particular e/ou colectivo, individual e/ou nacional, filogénico ou ontogénico, contrariando o *Humanität* comum, tão do agrado das aspirações burguesas vertidas na agenda liberal, enquanto o *Romantismo* exaltava as ruínas históricas e paisagens bucólicas procuradas no próprio território português, num ambiente europeu assinalado pelo renascimento sagrado[31].

Não era, contudo, apenas o *camartelo* que instava debelar do panorama nacional. Havia que instruir os profissionais de conservação e restauro. E só se preservaria o que se conhecia e se conhecia o que se aprendia. Daí, o significativo empenhamento colocado na instrução de prelados e jovens seminaristas, especialmente por iniciativa de entidades particulares, publicando-se artigos e monografias sobre as características formais e fortuna histórica de edifícios e alfaias religiosas, num reconhecimento público de que a sua destruição resultava, na maioria das vezes, da ausência de conhecimentos específicos junto dos responsáveis pelas estruturas antigas, em especial templos. Entrementes, dever-se-ia difundir tais mensagens entre entidades locais e/ /ou regionais dotadas do capital social e cultural indispensável à promoção dos procedimentos de salvaguarda monumental, tornando-se essencial divulgar a descoberta de "antiguidades" e denunciar obras de conservação e restauro não autorizadas[32]. Enquanto isso, definia-se *monumento histórico nacional* como,

> todos os edificios, construções, ruinas, objectos artisticos, industriais e arqueologicos, de caracter distintamente tipico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influencias sociais e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portuguesa nas diversas evoluções do seu desenvolvimento historico, bem como os que representem ou memorem os feitos mais distintos da historia nacional. [...] São igualmente considerados monumentos historicos nacionais todos os vestigios de povos e civilizações anteriores à fundação da monarquia portuguesa, existentes ou encontrados no solo e sub-solo do reino e seus dominios[33]

Devidamente apetrechados com um tal conjunto de conhecimentos, a *RAACAP* considerava ser, por fim, possível concretizar um dos seus primaciais projectos: criar uma verdadeira "rede" de sócios correspondentes, que foi sabia e pacientemente tecendo ao longo dos anos, e que tão útil se revelou quando da fundação das sucessivas comissões e conselhos de monumentos nacionais.

2. BRAGA E ALBANO BELLINO

O interesse por vestígios do passado perpassou desde cedo a História ocidental, desde a Grécia antiga, com os seus templos repletos de espólios procedentes de variados territórios,

---

[31] ESPERANÇA, Jorge (1996). *Património. Políticas e práticas culturais*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Sociología. Universidade de Évora, p. 126.

[32] ROSAS, L. M. C. (1995). *Monumentos pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História da Arte. Universidade do Porto, p. 15-29.

[33] Adolfo Coelho citado por PEREIRA, M. M. C. (1999). *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa: ISCTE, p. 77.

passando pelo *renovatio carolíngio*, pontuado de retiros palacianos decorados com estatuária retirada de antigas estruturas romanas, até o movimento renascentista clássico.

Embora com a distância, a moderação e sem o pretensiosismo de outros recantos do Continente europeu, Portugal acompanhou este processo, mercê da iniciativa de individualidades nobilitadas e, especialmente, clericais, à semelhança do que se observava além-fronteiras, onde os principais paços reais, ducais e episcopais se envolviam na formação de pequenos *gabinetes de curiosidades*, revelando-se, quantas vezes, mecenas insubstituíveis das Artes e das Letras e, sobretudo, do quotidiano das gentes que representavam e ambicionavam dirigir.

Não surpreende, por conseguinte, que, de entre as localidades portuguesas a merecerem maior atenção por parte de quem se dedicava ao estudo do passado, sobressaísse Braga, fosse pela abundância de vestígios ainda visíveis da antiga *Bracara Augusta*, agora maioritariamente inscritos no perímetro interno definido pelas linhas de muralha medievais (reutilizando parte do muralhado romano descrito ainda no século XII), fosse, em especial, pela concentração de personalidades dotadas dos capitais sociais, económicos e culturais essenciais ao reconhecimento, interpretação e divulgação dos seus múltiplos elementos remanescentes, aceitando-se genericamente que a sua descoberta ocorrera no início do século XVI, seguindo, uma tendência geral de curiosidade pela Antiguidade sentida pelos europeus mais letrados. Uma particularidade fomentada pelo estatuto arcebispal da cidade, até por constituir um núcleo central da propagação primeva da *fé* cristã na *Hispânia*, nomeadamente no que se referia à Galécia ao tempo do Estado Suevo, perpetuando, de certo modo, a glória auferida pela cidade no período romano até alcançar o estatuto super metropolitano e a formação da igreja portuguesa, por decisão da Santa Sé.

Com efeito, a Era de Quinhentos viu nascer e actuar o eminente D. Diogo de Sousa (1461-1532), verdadeiro 'príncipe' renascentista, de cultura humanista, a quem se deve a metamorfose da urbe. Formado nas universidades de Salamanca e de Paris, a sua integração em embaixadas reais, durante o apogeu económico e reconhecimento europeu do país nos reinados joanino e manuelino, tê-lo-ão incentivado a transpor para a cidade que o acolheria até ao final da vida as influências artísticas e literárias apreendidas além-fronteiras, designadamente em Roma. Dotou-a, então, de inúmeras peças artísticas, nomeadamente arquitectónicas (em especial equipamentos de relevância quotidiana), em torno das muralhas preexistentes, num acto de quase refundação. Enquanto isso, organizava pequenas colecções (gabinetes) de curiosidades, coligindo miliários pertencentes às antigas vias romanas que partiam de Braga e que eram ainda bem visíveis na época, recolhendo-os no Campo de Sant'Ana, naquele que poderá ser considerado como o primeiro anteprojecto de um espaço museológico na cidade, enquanto se retiravam, pontualmente, excertos da presença romana dos terrenos entretanto cultivados.

Estava-se, na verdade, numa época em que se estimulava a criação artística e o desenvolvimento científico, edificando-se, pintando-se e esculpindo-se na senda dos grandes autores clássicos, ao mesmo tempo que as descobertas "proto-arqueológicas" no território italiano motivavam o despontar de um certo espírito de *non finito* que impregnaria obras renascentistas, enquanto se formavam as primeiras grandes *Wunderkämmer* e *Kunstkämmer*, as quais, embora herdadas dos *studioli*, se filiavam já no espírito maneirista, funcionando como autênticas *cornucopiae* representativas do ascendente senhorial e do domínio simbólico do Mundo reflectido nos seus pequenos microcosmos[34].

---

[34] *Cf.* FINDLEN, P. (1994). *Possessing Nature: museums, collecting, and scientific culture in Early Modern Italy*. Berkeley: University of California Press.

Iniciativas estas que se perpetuaram ao longo de seiscentos e setecentos, assistindo-se à transposição dos teoremas naturalistas renascentistas para uma devoção neo-estóica, mantendo-se edifícios antigos para legitimação dinástica. Sobressaia, contudo, o interesse por elementos epigráficos, um gosto perfeitamente enquadrado nas principais linhas de actuação cultural europeia, pois, enquanto se (re)descobria a excelência da cultura clássica, atendia-se à importância de outros documentos – que não as obras literárias e oratórias – para um melhor conhecimento da(s) História(s) passada(s). A par de um interesse herdado da época medieva pelo estudo filológico, fascinava-os a análise epigráfica enquanto testemunho tangível de um passado nebuloso, num evidente contraponto aos modelos descritivos impressos nos textos antigos, que os homens de setecentos retomariam através do "gosto pelos primitivos". Entretanto, caminhava-se rumo à instituição da ciência arqueológica, num permanente exercício de questionamento e de ligação de evidências através do olhar sobre os artefactos, quantas vezes anónimos, dispersos e aparentemente desconexos. Beneficiados com o movimento tridentino, estudavam-se as antiguidades paleocristãs, os túmulos (verdadeiras *não ausências*) dos mártires e as catacumbas, onde se encerravam despojos de dignitários, que tiveram em Comte de Caylus (1692-1765) e Bernard de Montfaucon (1655-1741) alguns dos seus principais propugnadores, originando o conceito de «antiguidades nacionais», ou seja, medievais.

Um processo que, em Braga, foi essencialmente protagonizado por D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), Bispo de Portalegre e do Porto, Arcebispo de Lisboa e um dos grandes suportes de D. João IV (1604-1656), após o 1 de Dezembro de 1640, descrevendo algumas das ruínas romanas que podiam ser ainda observadas na cidade, nomeadamente as denominadas 'Termas romanas de Maximinos'. Mas foi um procedimento de igual modo assumido por Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), a quem Braga deve uma das suas primeiras sínteses históricos, assim como a primeira sistematização das epígrafes latinas conhecidas na época, incentivando a recolha posterior de outros exemplares, e o país, entre outras realidades, a co-fundação da Academia Real de História, sob a égide de D. João V (1706-1750), inspirado pelo movimento barroco assomado após um longo período dominado por um fervoroso sentimento religioso.

Enquanto isto, o interesse pelos vestígios do passado bracarense motivou vários estudos oitocentistas, seguindo, ademais, uma tradição profundamente enraizada no historial da cidade, cujos maiores intelectuais sempre votaram um interesse especial pelas páginas de antanho do território que os vira nascer, animados, provavelmente, pelo renascimento económico da cidade e da região, mercê do dinheiro e do 'gosto' dos denominados 'brasileiros', muitos dos quais ansiosos por deixar a sua marca nas principais artérias bracarenses, enquanto aspiravam desempenhar um papel relevante na sociedade local.

Com efeito, e à semelhança do que sucedeu no restante território português, foi, sem dúvida, o século XIX que trouxe para a ribalta sociopolítica (porquanto a económica se desbravaria mais tarde e atribuladamente) a importância do estudo, conservação e divulgação de estruturas ancestrais como forma de consolidar, não apenas o sentido geográfico e mental de *pátria* (sem ainda o ser conceptualmente), como algumas das páginas entendidas "maiores" por grupos de influência ideológica, transformando-as em verdadeiros *ícones* de uma mensagem que ambicionavam difundir e materializar, ainda que veladamente.

2.1. Os primeiros anos

Nascido em Gouveia, no mesmo ano em que se fundava a *RAACAP* (*vide supra*), terra beirã de povoamento ancestral, Albano Ribeiro Bellino foi cedo viver para Guimarães, onde trabalhou na 'Tabacaria Lemos', enquanto se embrenhava (conquanto, nalguns casos, indirectamente) gradualmente nas actividades culturais promovidas por certos círculos sociais terá sido este o caso do *Atheneu Archeologico de Braga*, instituição fundada em 1876 por incentivo da *RAACAP*[35] e do escritor, historiador e arqueólogo vimarenense Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento (1833-1899), a quem se deveria a fundação, no centro de Guimarães, de uma 'Sociedade' com o seu nome, integrando um espaço museológico para exibição pública das peças recolhidas durante os múltiplos périplos que efectuava pela região, assim como de outras ofertadas por personalidades locais, numa perpetuação de práticas antiquaristas.

Com apenas 18 anos, A. Bellino contraiu matrimónio com Delfina Rosa, pessoa de vasto património e sobrinha do cónego António de Oliveira Cardoso. Dois factores que contribuiriam, a breve trecho, para o desenvolvimento do interesse que A. Bellino nutria pelo estudo do passado, materializando um dos seus principais projectos pessoais: contribuir para o conhecimento da antiguidade bracarense, sua preservação e divulgação. Envolveu-se, então, nas comemorações locais do 7.º centenário da morte de D. Afonso Henriques, ocorridas em 1885, apenas um ano antes de integrar a *Grande Commissão de Melhoramentos da Penha*, onde certamente se inteirou de uma vasta discussão nacional respeitante aos procedimentos de conservação e restauro monumental, especialmente difundidos no decorrer da análise do projecto de edificação de uma igreja da consagração de S. Pedro, por interposição da própria "Irmandade".

2.2. Estudos arqueológicos

A. Bellino dificilmente ignoraria a importância assumida gradualmente pelos estudos arqueológicos na região que habitava, não apenas por interesses pontuais de individualidades bracarenses, a exemplo de eruditos da envergadura de José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903) e do ulterior José Teixeira (1859-1928), na senda, porém, de uma tradição secular (*vide supra*), como reflectindo as actividades desenvolvidas em Guimarães, onde vivera algum tempo (*vide supra*). Além disso, o *corpus* epigráfico bracarense, compilado pelo epigrafista e professor da Universidade de Berlim, Emílio Hübner (1834-1910), em 1869, e nas *Notícias Arqueológicas de Portugal*, da sua lavra (1871[36]), já seriam do seu amplo conhecimento.

De facto, não terá sido mera casualidade que, em 1892[37], o seu primeiro grande contacto com estações arqueológicas (e já não com peças descontextualizadas) se realizasse, justamente, na Citânia de Briteiros, povoado fortificado da Idade do Ferro relocalizado e investigado por F. Martins Sarmento (*vide supra*) em 1877, e onde se organizara um importante encontro científico com a participação de figuras gradas da intelectualidade nacional[38], tendo merecido

---

[35] (1876). Synopse. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. S.2, 1:1, p. 4.

[36] HÜBNER, E. (1871). *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

[37] BELLINO, A. (1909). Cidades mortas (estudo póstumo). 1. Relatório das minhas explorações nas estações arqueológicas suburbanas de Braga e nomeadamente do Monte Redondo. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1., 14, p. 4.

[38] SARMENTO, F. M. (1883). *Expedição Scientifica à Serra da Estrella, em 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 22; SILVA, J. P. N. da (1877) – Novas descobertas archeologicas em Portugal. Britonia. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. S.2, 2:2, p. 27.

a visita dos membros do *IX Congresso Internacional d'Anthropologia e Archeologia* (Lisboa, 1880). Mas apesar da relevância do *sítio* para o estudo do desenvolvimento endógeno e regional, algumas estruturas habitacionais de planta circular foram entretanto total e/ou parcialmente destruídas pelas populações locais na senda de hipotéticos *tesouros encantados*, tal como sucedia na maioria das estações arqueológicas descobertas entre nós, chegando o próprio F. Martins Sarmento a questionar,

> onde estão os sinceros amadores destas cousas? V.Ex. e um; que é dos outros? E que auxilios dam os nossos governos a trabalhos desta ordem?[39] [sendo que] os cultores desta sciencia são poucos e esses poucos muito preguiçosos[40] [Constatava-se, simultaneamente, que] A maior parte dos amores pela archeologia são como as rezas e pode servir de prova o nada a que ficou reduzido o numero d'antiquarios que, ha dois annos vimos florescer por aqui [Guimarães]. Tudo desappareceu[41]

A. Bellino terá, então, despertado em definitivo para a importância da investigação arqueológica na identificação de particularidades regionais e/ou locais, um fundamento que certamente não obviou, até por constituir um dos motivos centrais da dedicação de diferentes personalidades aos estudos arqueológicos, especialmente quando importava realçar características pretensamente únicas de certas zonas, independentemente das razões subjacentes. Na verdade, é possível que o seu primeiro grande contacto com realidades pré-romanas tenha ocorrido, exactamente, neste arqueossítio, onde se interessou, em particular, pelas obras de reconstituição de uma estrutura habitacional aí escavada, demonstrando, não apenas o interesse que votava crescentemente ao assunto, como a comunhão mantida com F. Martins Sarmento:

> a reconstrucção de um bairro orientada escrupulosamente nos vestigios que existem e nas noticias que nos ficaram dos antigos escritores classicos mais autorizados no assunto. Não foi pequeno o trabalho que tive para colligir os elementos precisos, pois photographei, medi e estudei por vezes *in loco* as ruinas da Citania de Briteiros, as unicas que no país offerecem optimas condições de estudo[42]

Com efeito, a segunda metade do século XIX assistiu, entre nós, a uma autêntica explosão de interesse pelas, então, denominadas *antiguidades nacionaes*, seguindo os trilhos desbravados além-fronteiras por insignes precursores dos estudos arqueológicos, antropológicos, etnográficos e etnológicos. O conhecimento dessas práticas, adquirido por intermédio de bibliografia que chegava ao país, da visão de algumas personalidades e do contacto mantido nestas esferas por certas individualidades, favoreceu Portugal de estabelecimentos científicos que, independentemente das polémicas assomadas, exerceram uma actividade fundamental para o desenvolvimento ulterior destas jovens disciplinas. Disso são bons exemplos, embora com graus de relevância assaz diferenciados, a *Commissão dos Estudos Geológicos*, a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, a *Sociedade de Geographia de Lisboa* e, por fim, o *Muzeu Ethnographico Portuguez* (*MEP*). Eram, contudo, organismos lisboetas e de carácter fortemente centralizador. Não obstaram, porém, à formação de outros espaços culturais em

---

[39] I.A.N./T.T., *Correspondência Artística e Litteraria mantida com J. Possidónio N. da Silva*, t. X, em 8.ª, doc. 1588, 1878. Documento referido no terceiro capítulo de Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*, Lisboa, AAP, 2003.

[40] Id., *Idem*, t. XVII, em 8.ª, doc. 2532, 1886. Documento referido em Id., *Idem*.

[41] Id., *Idem*, t. XI, em 8.ª, doc. 1820, 1879. Documento referido em Id., *Idem*.

[42] BELLINO, A. (1909). Cidades mortas (estudo póstumo), p. 21.

importantes cidades portuguesas, antes incentivando-as. Foi o que sucedeu em Guimarães, com a *Sociedade Martins Sarmento* (*vide supra*), a cujo mentor se devem algumas das descobertas mais notáveis da Arqueologia praticada entre nós ao tempo (veja-se o caso da *Citânia de Briteiros – vide infra*), e com quem privaram individualidades que prosseguiram o seu caminho. Foi o que sucedeu com A. Bellino, infatigável indagador do passado minhoto, em geral, e bracarense, em particular, correspondendo-se com personalidades marcantes dos estudos arqueológicos portugueses de finais de oitocentos, com destaque para José Leite de Vasconcellos (1858-1941), primeiro director do actual Museu Nacional de Arqueologia.

Não surpreende, por conseguinte, que, logo no ano seguinte (1893), A. Bellino prospectasse os terrenos envolventes de Braga em busca de vestígios arqueológicos que deixavam de se restringir ao período romano, abrangendo estruturas anteriores – a exemplo dos *castros* (ou *citânias*) – reutilizadas por aquela presença cultural. Revelava, assim, um interesse bastante mais abrangente do que o da antiguidade romana, certamente por constituir uma temática grata aos investigadores da época, quer por se enquadrar na linha geral de investigação conduzida noutros países sobre a expansão celta, quer por se revelar um meio de acentuar as particularidades da região nortenha ancoradas nesses tempos e nesses lugares, pois, «Da paciência do mestre [F. Martins Sarmento], dos seus ensinamentos, resultou em breve o meu peregrinar pelos montes circunvizinhos de Braga, á cata de vestígios das civilizações extinctas.»[43]. De entre as estações então visitadas, constava o Monte de Sta Marta da Falperra ('Sta. Marta das Cortiças'), em Esporões, povoado de altura da Idade do Bronze, com ocupações posteriores da Idade do Ferro e do período romano, sobre cujas condições referiu, num tom aproximado ao de F. Martins Sarmento (*vide supra*), que,

> Para eterna vergonha dos nossos governantes, vamos nós, os archeologos, registando a existencia do que ainda agora podia ser salvo em proveito da nossa remota historia, mas que brevemente desapparecerá sem remedio, pois assim o querem os utilitaristas incorrigiveis[44]

Mas foi também o caso do Monte Redondo ('Cossourado' ou 'de São Mamede')[45], em Guisande, onde ultrapassou a mera observação e recolha de materiais à superfície, escavando a área construída, assinalando que «Ás primeiras cavadelas junto da muralha do alto principiou a apparecer uma longa parede»[46], numa demonstração do método utilizado no terreno, respeitando os cânones epocais, nomeadamente estrangeiros, ao mesmo tempo que resultante do apoio que buscara nesse sentido junto de outros investigadores[47].

---

[43] Id., *Idem*, p. 19.

[44] Id., *Idem*, p. 4.

[45] Id., *Idem*, p. 7-28.

[46] Id., *Idem*, p. 8.

[47] Foi o caso de F. Martins Sarmento, a quem A. Bellino se dirigiu referindo que «Brevemente darei princípio à exploração do Monte Redondo e a uns pequenos castros que pouco prometem. O monte de Santa Marta ficará para mais tarde porque ali o desaterro deve ser muito dispendioso e não encontro nos seus proprietários a protecção dos do Monte Redondo. [...]. Dentro da primeira muralha e ainda em parte da segunda é onde devemos procurar as habitações desmoronadas, como o indicam montes de pedra miúda e alguns vestígios circulares como na Citânia. Convirá principiar a desviar a terra do planalto para um lugar fora da 3.ª muralha. Obsequeia-me elucidando-me sobre o modo de dar início à obra. Quanto ao cuidado que deve haver com os cavadores conheço eu os meios a empregar.» (Excerto da carta endereçada por A. Bellino a F. Martins Sarmento, a 3 de Junho de 1899, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento. A secção de Albano*

De facto, e a despeito de algumas inovações (a exemplo da crivação das terras), quem consagrava os seus estudos à Arqueologia ainda privilegiava (como nas missões arqueológicas em solo mesopotâmico) a metodologia aplicada nos idos setecentistas e, em especial, em Pompeia e Herculano. Referimo-nos à abertura de valas de sondagem para detecção de vestígios estruturais, ao longo dos quais se rasgavam trincheiras, seguindo, sempre, e nas palavras de A Bellino, *trabalhos methodicos e regulares* – ainda que não os especificasse – supervisionados, na sua ausência, por colaboradores de sua confiança[48]. Mencionava, todavia, procedimentos mais concretos, reveladores dos conhecimentos que carreara sobre a metodologia de campo e da sua relevância para o entendimento global das estações analisadas. Referindo-se à intervenção na citânia do Monte de Sta. Luzia (*vide infra*), em Viana do Castelo, no início da nova centúria, A. Bellino mencionou que «Mandei desentulhar as casas e as suas immediações, mas tudo com o cuidado que estes monumentos exigem, e recolher quanto apparecesse digno de ser guardado para melhor ser classificada a extincta povoação.»[49]; depois de, no Monte de Sta. Marta de Falperra ter iniciado «[...] as excavações no vastíssimo espaço comprehendido, pelo lado sul, entre a primeira e segunda muralhas, porque julguei dever ser aquelle o principal ponto de ataque [...].»[50]. Não era, em todo o caso, uma situação singular entre nós, pois, inspirado nos sólidos conhecimentos adquiridos sobre as regras vitruvianas e as investigações conduzidas em Pompeia por Giuseppe Fiorelli (1823-1896)[51], J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) escavara de modo similar estas mesmas ruínas[52], instando pela manutenção *in situ* das estruturas descobertas, valorizando-as arqueológica e esteticamente através da sua preservação e apresentação pública[53].

Mas, logo em Monte Redondo – cuja «[...] posição [topográfica] [...] não podia illudir, [...] quem conhecesse as principaes condições exigidas pelos fundadores das extinctas povoações dos altos.»[54] –, A. Bellino deparou-se com uma das realidades mais complexas para quem trabalha em Arqueologia: a ausência de informação populacional relativa à importância dos vestígios soterrados para a compreensão do seu próprio passado e eventual desenvolvimento económico do seu território. Designadamente através da promoção do 'turismo cultural', neste caso, mediante a musealização/apresentação da área posta a descoberto. Um desconhecimento

---

Belino. Catálogo da Exposição, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2005, p. 30. Sublinhados nossos). E F. Martins Sarmento prontamente lhe respondeu: «Se lhe fosse fácil remover os entulhos para fora da 3.ª muralha, poderia considerar isso como uma grande felicidade. Como o monte tem um grande declive, e a área a explorar não é grande, segundo cuido, seria talvez possível montar uma caranguejola, a modo de elevador, poupando muito trabalho braçal, sempre muito moroso. Por aí desceria tudo, pedra miúda e terra, ficando a exploração limpa e bonita, porque deixa à vista todas as construcções sem montões de terra e pedregulho de permeio, como me sucedeu na Citânia [de Briteiros]. Não vejo conveniência em desviar primeiro a terra. Eu atacaria um ponto dado, removendo a pedra e terra que a escavação desse e despejada uma casa, tomá-la-ia como fio do labirinto, continuando a escavação até encontrar outra, etc. Marcado o ponto, por onde tivesse de fazer funcionar o *elevador*, começaria a exploração no lado oposto e próximo da muralha, onde necessariamente há-de encontrar casas.» (Excerto da carta endereçada por F. Martins Sarmento a A. Bellino, a 5 de Junho de 1899, publicado em *Idem*, p. 31. Sublinhados nossos.).

[48] BELLINO, A. (1909). Cidades mortas (estudo póstumo), p. 8.

[49] Id., *Idem*, p. 15. Sublinhado nosso.

[50] *Ibidem*.

[51] FIORELLI, G. (1867). *Sulle Scoverte Archeologiche*. Napoli: Stabilimento Tipos Ghio, p. 80.

[52] DANIEL, Glyn (1975). *Un Siglo y Medio de Arqueología*. Ciudad del Mexico: Fundo de Cultura Económica, p. 147-57.

[53] *Cf.* terceiro capítulo de MARTINS, A. C. (2006). *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

[54] BELLINO, A. (1909). Cidades mortas (estudo póstumo), p. 4-5.

que resultara na prática ancestral de reutilização de elementos retirados de estações arqueológicas em construções residenciais e/ou agrícolas mais consentâneas às necessidades contemporâneas, olvidado que se encontrava, há muito, o seu sentido e, sobretudo, a(s) sua(s) "memória(s)". Uma situação que urgia, mais do que nunca, ultrapassar, ou, pelo menos, minimizar, em nome da Arqueologia e, em especial, do entendimento abrangente de um passado por desvendar, preservar e divulgar, retornando-o aos seus hipotéticos herdeiros: as comunidades locais. E, quem melhor do que os párocos, com a sua instrução e reconhecimento social, para sensibilizar a colectividade que protegiam? Não admira, assim, que A. Bellino se visse obrigado a recorrer aos seus préstimos quando a destruição sistemática dos sítios arqueológicos se tornara insustentável aos seus propósitos científicos, «A ponto de me ser preciso officiar aos parochos das vizinhanças, rogando-lhes o obsequio de lerem á missa conventual um officio em que eu pedia ao povo que não continuasse a deslocar as pedras das construcções antigas»[55], pois «O povo todas as tardes, em grandes magotes, lá ia ao alto do monte informar-se do que tinha apparecido, pois constavam cousas fantásticas»[56], ainda que, entretanto, *Os modernos vandalos moderaram os ímpetos*.

Entrementes, o desentendimento instalado entre os proprietários do terreno onde se erguia a estação e o avultado montante necessário à sua completa exploração impediram a prossecução dos trabalhos, ainda que, em 1899, A. Bellino solicitasse o apoio pecuniário da *RAACAP*, que rapidamente oficiou à Câmara de Braga para que o auxiliasse nesse desiderato, decidindo, então, a vereação de Balthazar Aprigio de Ferreira de Mello conceder-lhe o que requeria,

> não só com relação ás explorações nas circunvizinhanças de Braga, pondo á sua disposição os cantoneiros municipaes que possa dispensar [...] assim como resolve tomar em consideração quesquer indicações suas para promover a conservação dos monumentos romanos existentes nas Carvalheiras e em outros pontos da cidade, enquanto não se póde fundar um museu archeologico como era da vontade d'esta corporação[57]

Não obstante, «Dos cantoneiros poucas vezes pude dispor. Quando eu os requisitava, estavam sempre occupados em trabalhos de desinfecção!»[58], numa evidência de como os comprometimentos políticos encerravam (supostas) estratégias de justificação da sua impraticabilidade.

O facto é que as investigações conduzidas em Monte Redondo (devidamente autorizadas pelo principal senhorio do campo[59]) foram suficientemente importantes para serem incluídos quatro anos após o falecimento de A. Bellino, naquele que é considerado o primeiro grande decreto português de classificação de estruturas antigas como 'monumentos nacionais', publicado em Junho de 1910, ou seja, nas antevésperas da implantação republicana, inscrevendo-o na categoria dos «monumentos lusitanos e lusitano-romanos», uma designação que, por si só, demonstrava o entendimento destes povoados e a sua conotação à génese da "lusitanidade".

---

[55] Id., *Idem*, p. 13. Sublinhado nosso.

[56] Id., *Idem*, p. 9. «[...] um estudante do Curso Theologico do Seminário de Braga apresentou-se a pedir que lhe mostrassem os Christos que uma mulher de S. Vicente lhe dissera que haviam sido encontrados em grande quantidade! Por sua vez os jornaleiros, já um pouco cyprianizados, também acreditavam que viesse a apparecer por entre as ruínas o sino grande!» (Id., *Idem*, p. 12).

[57] Id., *Idem*, p. 14.

[58] Id., *Idem*, p.15.

[59] Id., *Idem*, p. 8.

Ademais, A. Bellino conheceria bem a realidade do demorado e sinuoso processo de classificação de edificações ancestrais, uma vez que colaborava no *Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes*, derivado da *CMN*, pensada e formada no seio da *RAACAP*[60], da qual era sócio-correspondente. E se as tipologias civis, religiosas e militares centralizaram as atenções iniciais de parte expressiva dos vogais efectivos das comissões e conselhos, tal ficara a dever-se, não apenas a circunstâncias políticas de índole nacionalista, como ao facto de a sua maioria ser especialista em estudos artísticos e arquitectónicos. Poucos eram os que votavam um interesse maior aos monumentos arqueológicos e, sobretudo, pré-históricos. Na verdade, o seu principal propugnador, Possidónio da Silva, parecia ter deixado um certo vazio neste combate, embora a figura de J. Leite de Vasconcellos se revestisse de inquestionável prestígio e acabasse por assumir a liderança neste processo, ainda que os seus préstimos no seio destes organismos nem sempre fossem pautados pela desejável periodicidade e empenho, conquanto não deixasse de fazer ouvir a sua competentíssima e sempre oportuna voz.

Os meandros da salvaguarda monumental entre finais de oitocentos, inícios de novecentos, não eram, contudo, isentos de críticas, grande parte das quais resultantes da ausência de uma verdadeira autonomia de actuação[61]. Não obstante, a ideia preponderante entre quem desconhecia a sua realidade interna aproximava-se bastante da ilustrada em 1902 por A. Bellino, certamente face aos problemas assomados com as actividades da *Commissão Archeologica Viannense* problemáticos que, no conjunto, demonstravam quão subvalorizados ainda eram os sítios arqueológicos, especialmente quando se revestiam da importância dos *castros*, essenciais, na óptica de vários investigadores, para o conhecimento do processo formativo da (pré)nacionalidade: «Os montes que foram habitados e fortificados deveriam ser póstos sob a guarda do Governo por intermedio da Commissão dos monumentos nacionaes, que tanto dorme! É esta uma das minhas maiores aspirações.»[62]. Uma intenção sobremodo acentuada, especialmente quando «O paiz está cheio d'elles [castros]. O que me entristece é a quasi certeza de, com o dobrar dos annos, vir a desapparecer tudo. Maldito paiz onde não há um governo que tenha respeito pelo passado.»[63].

2.2.1. Citânia do Monte de Sta. Luzia

Atendendo ao seu interesse pelo estudo de povoados de altura identificados até então na região minhota, não surpreende que A. Bellino colaborasse, ainda que pontualmente, nos trabalhos realizados na já mencionada (*vide supra*) citânia de Sta. Luzia, em Viana do Castelo, em território adjacente ao de Braga. Além do mais, o sítio transformara-se num exemplo de intervenção municipal no âmbito arqueológico, uma situação ainda incomum no país, aliando a iniciativa pública à particular através da *Commissão Archeologica Viannense*, enquanto se constituía um museu arqueológico com os artefactos ali exumados. Na realidade, A. Bellino

---

[60] *Cf.* primeiro capítulo de MARTINS, A. C. (2005). *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação (1863-1963)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa.

[61] *Cf. Ibidem.*

[62] Albano Bellino. *[Carta] 20 de Abril a José Leite de Vasconcellos*. 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2183.

[63] Albano Bellino. *[Carta] 25 de Agosto a José Leite de Vasconcellos*. 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2192.

deslocara-se até Viana a convite de um dos seus membros, como referiu em carta endereçada a J. Leite de Vasconcellos, datada de Maio de 1902: «O Conselheiro Rocha Páris, pae do Visconde da Torre[64], é o presidente da Commissão de melhoramentos no monte de Santa Luzia, de Vianna, e foi quem me convidou a ir lá estudar as ruinas.»[65]. Entusiasmado com o repto e porque *sou um doido pelas cousas do passado*[66], visitou de imediato o povoado, onde conseguiu «[...] enthusiasmar a serio aquella gente para reconstruir a extincta cividade pre-romana.»[67]. E não poupou esforços para consegui-lo, tentando colher junto de certas individualidades o apoio que considerava fundamental à sua realização. Não admira, por isso, que se dirigisse a J. Leite de Vasconcellos, personalidade de sobejos capitais, designadamente sociais, sugerindo à *Commissão* que o convidasse a visitar a citânia,

> Visto tratar-se da reconstrucção d'um castro ou oppido e parecer-me virgem o exemplo em Portugal. [...]. Entre as casas reconstruídas conviria appresentar uma, a do Dominus, por exemplo, coberta a telha de rebordo, para indicar a romanização. As restantes colmadas, por me parecer que é esta a opinião dos homens mais auctorisados. A altura deve ser calculada em 2,30c, pelo menos, visto apparecerem ba Citânia e n'outras ruínas soleiras de portas a um, 88c acima do solo[68]

Era, sem dúvida, uma evidência, tanto do ascendente da experiência colhida na citânia de Briteiros (*vide supra*) (onde se reedificara uma habitação castreja), quanto do seu conhecimento relativo à importância da reconstituição em causa, não apenas para um entendimento científico mais abrangente do arqueossítio, como para a economia local, através da sua promoção turística, ao atribuir-lhe um novo *valor pedagógico*, suscitando a curiosidade de quem buscava as raízes mais remotas das suas gentes. Mas se era possível reunir vontades, mais problemático se tornava angariar os fundos indispensáveis à execução de tão ambicioso – ao mesmo tempo que discutível – projecto, pois, passados escassos meses, A. Bellino referiu que «O Rocha Páris disse-me hontem que o Quartim prometteu para breve o dinheiro preciso para a contrução do muro de vedação e para o proseguimento da exploração. Aquillo é que são cinco homens de bolsa grande!»[69].

E não terá sido mera casualidade que, no ano seguinte, J. Leite de Vasconcellos, que acompanhava o assunto por intermédio da correspondência que mantinha com A. Bellino e entidades vianenses, sublinhasse algo fundamental para o desenvolvimento da ciência e da consciência "nacional": «O presente é solidario com o passado; sem se conhecer este, não póde apreciar-se completamente aquelle.»[70]. Esta era uma das razões pelas quais entendia, numa

---

[64] Um dos elementos mais activos da *RAACAP*, tendo assumido, entre outras actividades desenvolvidas no seu âmbito, e neste limiar de século, a de responsável pela organização da biblioteca e arquivo (*Cf.* Ana Cristina Martins, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial*).

[65] Albano Bellino. *[Carta] 29 de Maio a José Leite de Vasconcellos*. 1902. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2173.

[66] *Ibidem*.

[67] *Ibidem*.

[68] Albano Bellino. *[Carta] 27 de Maio a José Leite de Vasconcellos*. 1902. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2172.

[69] Albano Bellino. *[Carta] 22 de Setembro a José Leite de Vasconcellos*. 1902. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2176.

[70] VASCONCELLOS, J. L. de (1903). Cidade velha de Santa Luzia. *O Archeologo Português*. Lisboa. 8: 1, p. 21. Sublinhado nosso.

absoluta actualidade e em oposição parcial aos anseios reconstrutivos de A. Bellino (*vide supra*), que as ruínas da citânia de Sta. Luzia deveriam,

> ser conservadas intactas, taes quaes se acharem á medida que as excavações proseguirem; nenhum accrescento se fará nas paredes das casas, e tudo pelo contrário se limitará á limpeza do chão d'estas e das ruas, e a revestir, talvez de telhas, a parte superior dos muros, para elles se aguentarem melhor contra a influencia nefasta dos agentes naturaes [...]. A pedra que se encontra cahida [...] póde [...] accumular-se em pilhas (todavia não muitas), para se dar a ideia do numero de casas que o tempo destruiu. Póde construir-se uma casa nova, ou duas, segundo os typos antigos, para se comprehender melhor o que estes eram, e para alhi se colligirem todos os objectos archeologicos desenterrados *in loco*[71]

2.2.2. Braga romana

Apesar das suas incursões pré-históricas, A. Bellino manter-se-ia, de algum modo, fiel ao interesse revelado nos primeiros anos pelo período romano, ao mesmo tempo que se dedicava à prospecção de montes em busca de vestígios de povoados de altura, porquanto «O muito amor que voto ao estudo [...] respeitante á archeologia, moveu-me ultimamente a proceder a investigações minuciosas [...].»[72].

Um trabalho que resultou na publicação, em 1895, de *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga. Algumas freguesias ruraes*, obra surgida no seguimento «[...] dos estudos da epigraphia romana, relativos a Braga, e desenvolvidos pelos mais notáveis archeologos da Europa [...].»[73]. Dedicou-o, então, às *RAACAP*, *Sociedade de Geographia de Lisboa* e *Associação Patriótica Primeiro de Dezembro*, às quais pertencia, como se constata facilmente nas insígnias que envergou na fotografia que nela fez imprimir, testemunhando, assim, não apenas a sua relevância social, como a atenção que votava às organizações de carácter nacional(ista). Pois, como referira J. J. da S. Pereira Caldas, movera-o o «*Patriotismo* – no desejo fervoroso e empenho indefesos de contribuir para o renome pátrio, galvanizando-lhe os progressos na máxima plenitude, e concorrendo assim para a illustração, para a moralidade, e para a independencia nacional.»[74].

Mas não só. A. Bellino pretenderia, com esta dedicatória, sublinhar que,

> em Portugal, bem ao contrario das outras nações civilizadas, apenas cabem louvores á iniciativa particular, pelo que faz em favor das descobertas d'esses monumentos archeologicos, e da sua

---

[71] Id., *Idem*, p. 22. Sublinhados nossos. E sublinhava mais, nomeadamente em relação a um dos futuros *ex libris* bracarenses: «Em todos os paises civilizados se conservam com affectuosa e patriotica veneração as reliquias da antiguidade [...]. Mesmo em Portugal já alguma cousa se fez [...]: temos, pelo contrário, quasi perdidos os ricos mosaicos de Milreu, no Algarve; uma camara de Beja deixou há pouco desmoronar nessa cidade um arco romano; o notabilissimo monumento do Idolo, em Braga, está arriscado a perder-se; as lapides sagradas de Panoias, em Trás-os-Montes, com inscripções em latim e em grego, desapparecem pouco a pouco debaixo da picareta do pedreiro selvagem; as ruinas de Troia de Setibal, – casas, thermas, cetarias –, vae-as o Sado aniquilando; em fim, para não alongar mais este triste rol, desbaratam-se diariamente dolmens em todo o país. Por tudo isso, o exemplo dado pela illustre commissão dos melhoramentos de Santa Luzia será extremamente salutar.» (Id., *Idem*, p. 23. Sublinhados nossos).

[72] BELLINO, A. (1895b). Inscripções romanas ineditas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 12: 3, p. 97.

[73] BELLINO, A. (1895a). *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga. Algumas freguezias ruraes*. Porto: Typographia Occidental, p. VII.

[74] *Apud*, Id., *Idem*, p. XI. Sublinhado nosso.

> conservação. [...]. Como é sabido, a actividade dos nossos governos absorve-se, por completo, no que diz respeito aos interesses da politicas; e difficilmente se consegue obter d'elles qualquer verba destinada a um fim tão patriótico![75]

E o motivo central desta aparente indiferença governamental seria explicado por uma das referências pessoais de A. Bellino, F. Martins Sarmento, para quem «Não será essa a opinião commum, que mal comprehende que se gaste tempo com o que chama inutilidades: para o commum do publico só é útil o que rende, e por isso nos vamos cretinisando d'um modo vertiginoso.»[76].

Mas incentivara-o, sobretudo, um profundo sentimento regionalista e localista, pois, nas suas palavras, «A cidade de Braga presta-se amplamente, como poucas localidades, ao estudo geral da epigraphia, por se haver distinguido entre as mais antigas atravez de dominações estranhas.»[77]. Além disso, «As restantes inscripções, votivas e funerárias, acham-se dispersas pela cidade, em muros, quintas e edifícios, e todas sujeitas a um completo desapparecimento.»[78]. Não deixava, por conseguinte, de enfatizar a acção destruidora do Homem, perante o desconhecimento da valência histórica dos testemunhos do passado: «Temos no Campo das Carvalheiras, expostos á acção do tempo e ao vandalismo destruidor, alguns cippos miliários de reconhecido apreço, ignorando-se infelizmente os sítios onde foram encontrados. [...]..»[79]. Um cenário contrastante a referências oitocentistas (ainda que criticáveis à luz de novecentos), quando, a par dos marcos miliários erguidos nos jardins do Paço Arcebispal, se restauraram exemplares tombados na cidade, dourando os caracteres neles inscritos, *em signal de apreço*[80].

No ano seguinte, levou à estampa *Novas inscripções romanas de Braga (ineditas)*, dedicada à 'Real Academia de História de Madrid', *em testemunho da respeitosa consideração e profundo reconhecimento*[81]. Mas também ao Pe. Fidel Fita, *notável escriptor-archeologo Madrileno*[82], numa prova dos conhecimentos pessoais que foi coligindo desde Guimarães (*vide supra*) no universo eclesiástico. E se era provável que resultava de um indiscutível afã pessoal colocado na matéria estudada, decorreria também de uma certa necessidade de ripostar às vozes críticas elevadas sobre a sua iniciativa, registando «[...] apenas o essencial para que se veja como fóra do nosso *meio* invejoso e malévolo, há quem comprehenda o alcance d'estes trabalhos momentosos, e saiba retemperar para a lucta os que como eu se dedicam de boa vontade e com os mais louváveis intuitos.»[83]. Até porque «[...] como *criticar* é mais fácil que *produzir*, os utilitários e commodistas (por desgraça nossa em grande maioria), preferem aguardar socegadamente o resultado o labutar alheio, que nem sempre sabem respeitar [...].»[84]. Razões que pareciam suficientes a Pereira Caldas para lhe sugerir que,

---

[75] Id., *Idem*, p. V. Sublinhado nosso.
[76] *Apud*: Id., *Idem*, p. IX. Sublinhado nosso.
[77] Id., *Idem*, p. III. Sublinhados nossos.
[78] Id., *Idem*, p. IV. Sublinhados nossos.
[79] *Ibidem*.
[80] Id., (1896). *Novas inscripções romanas de Braga (ineditas)*, p. 41.
[81] Id., *Idem*, p. III.
[82] Id., *Idem*, p. VII.
[83] Id., *Idem*, p. X. Sublinhado nosso.
[84] Id., *Idem*, p. XII. Sublinhados nossos.

> Não o demovam nunca dos seus trabalhos [...] nem as lisonjas dos thuribularios louvaminheiros, cujos encómios nauseantes esterilizam os talentos, nem as criticas aluadas da philaucia invejosa, que tem a peito desgostar do estudo os trabalhadores conscienciosos, por não poder egualal-os, nem imitar-lhes as pegadas sequer. Nem uns nem outros, meu *Albano Bellino*, evangelizam á imitação dos *apóstolos* da verdade: lamuriam e babujam apenas como *após-tôlos* da lettra redonda[85]

Na verdade, esta troca de palavras vinha na sequência de uma longa polémica instalada nos circuitos intelectuais bracarenses a propósito do levantamento das epígrafes romanas da cidade, suscitada por individualidade de responsabilidade acrescida nos desígnios camarários, José Machado, Secretário da edilidade, e que A. Bellino resumia da seguinte forma: «[...] o que o Sr. Secretario da Camara d'esta cidade ousou dizer contra mim, por cometter o crime de publicar as 6 inscripções ineditas do meu achado. No primeiro artigo transparecia a inveja do homem, por eu fazer o que elle não fez – descobrir estas preciosidades que nem elle nem o Pereira Caldas conheciam [inscripção de Valábriga e a da Constantino].»[86]. Com efeito, residiria nesta sua postura o único obstáculo à normal actividade de A. Bellino, pois,

> Apenas aqui em Braga um individuo, empunhando a Revista, percorreu furibundo os centros de palestra vociferando contra mim d'um modo indigno só por cometter o crime de descobrir e tradusir inscripções de tanto merecimento. Não há que vêr: o homem entendeu que não devia consentir em que outro fisesse o que elle não fez por incapacidade. [...]. O que posso asseverar a V.ª Ex.ª é que ninguém me excede em amôr ao estudo da archeologia. Com estas descobertas dispendo tempo e dinheiro, e sujeito-me a trabalhos improprios da minha posição. Por isso só se oppõe aos meus sacrificios quem é incapaz de tanto trabalhar. V.ª Ex.ª sabe bem, que os verdadeiros sabios, louvam quem trabalha: não condemnam[87]

O assunto extrapolou os limites geográficos de Braga, envolvendo personalidades da envergadura de F. Martins Sarmento e J. Leite de Vasconcellos, certamente pela influência que detinham junto de especialistas e entidades tutelares que obstariam, ou não, ao prosseguimento do trabalho desenvolvido no terreno por A. Bellino. Com efeito, não terá sido mera contingência que J. Machado se dirigisse ao fundador e director do *MEP* a seguinte missiva, cujo teor não desmente intenções mais veladas:

> Sabe que elle [A. Bellino] publicou um artigo na Revista Guimarães em que, n'uma prosa medonha affirma que descobriu seis inscripções romanas em Braga? O asno descobriu uma em casa do Jeronymo Pimentel, tres em casa do Castiço e uma na Quinta de Avelar! O castiço fel-as conduzir para o seu musêo, conhecendo perfeitamente o seu valor e o mesmo se deu com as outras. Como elle vae publicar o livro espero pela publicação para troçar um pouco com o mesmo[88]

---

[85] J. J. da S. Pereira Caldas transcrito por Id., *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga* p. XIV-XV. Sublinhados nossos.

[86] Albano Bellino. *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2140. Sublinhado duplo nosso.

[87] Albano Bellino. *[Carta] 29 de Maio a José Leite de Vasconcellos*. 1895. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2147. Sublinhado duplo nosso. Meses depois, A. Bellino retomou o assunto, referindo que «O meu livro Inscripções e lettreiros [...]. O único a deprecial-o (mas a meia voz) é o escrivão da Camara de Braga. Elle que não faz nada, julga-se habilitado a metter fouce em seara alheia! Se v.ª Ex. fôr a Braga e quiser fazer-me a honra de uma visita, não o convide para o acompanhar á m.ª porta. Desejo ter sempre longe da vista esse miseravel.» (Albano Bellino – *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2153).

[88] José Machado. *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12582.

O bom senso ditou, no entanto, a manutenção de um distanciamento razoável do assunto, por parte de J. Leite de Vasconcelos, embora não deixasse de indagá-lo com maior profundidade, buscando respostas, não apenas junto das instâncias nele abrangidas, como de quem sabia ser suficientemente isento e conhecedor da causa para o orientar. Foi o que sucedeu quando se dirigiu a F. Martins Sarmento após a publicação das *Novas inscripções* (*vide supra*), que prontamente lhe retorquiu: «Se vae carregar o amigo Bellino com a rispidez, que lhe é muito peculiar, faz mal; porque a verdade é que o moço tem muito boa vontade e grande amor ao trabalho e mais valeria amisal-o, notando-lhe as faltas, e mesmo a vaidade, mas paternalmente, do que querer esmagal-o.»[89]. Na realidade, fora o próprio A. Bellino a sugerir-lhe que o contactasse a este propósito, pois, «Como V.ª Ex.ª se dá muito com o Snr. Dr. Martins Sarmento, informe-se com elle a meu respeito, e verá se merecia a verrima destemperada do Snr. Machado. Lamento do coração que V.ª Ex.ª lhe dispense amizade [...].»[90].

2.2.2.1. *Ídolo* de Braga

Os desentendimentos entre A. Bellino e J. Machado não se limitaram, contudo, às inscrições romanas identificadas na urbe. Pelo contrário, alargaram-se a qualquer iniciativa que o primeiro tomasse no quadro monumental bracarense.

Foi o que sucedeu com o célebre "Ídolo de Braga", «[...] um "monumento notabilissimo", que póde desapparecer d'um momento para o outro: e não basta a influencia particular, hoje, para obstar a essa calamidade archeologica; uma vez que o facto viesse a realizar-se.»[91]. Como reconhecia, ademais, o próprio J. Machado, que assim anularia qualquer suspeita de ausência de sensibilidade artística e arqueológica lançada sobre si, informando J. Leite de Vasconcellos que encontrara «[...] pessoa muito competente encarregada de tirar um desenho perfeito. É o meu açor. Reclecto Barbosa – desenhador de primeira classe nas Obras publicas, que tem o curso da Academia das Bellas Artes de Lisboa e é um jornalista distinto. Já tem feito trabalhos idênticos para o *Ministério das Obras publicas* e para o Museu do Carmo [...].»[92]. Não obstante, terá voltado a insinuar falta de seriedade científica por parte de A. Bellino no estudo do *sítio*, a ponto de o director do *MEP* recorrer, uma vez mais, a F. Martins Sarmento para aferir a situação. E o investigador vimarenense retorquiu-lhe que,

> Quanto á inscripção do Idolo braguês seria realmente bom tirar as coisas a tempo. Porque, se o Machado insinua que alguém (o Bellino?) andou a raspar na pedra para relevar as arestas do problemático I, o Bellino (vae em semi-confidencia) teimara há tempos que entre duas visitas que fez ao monumento alguem por la andou que raspou na pedra. Disse-lhe que, se assim fosse o brilho do grão da pedra devia denunciar a mão do intruso que asassinava a [?] em a [?] attenção. Não acredito que o Bellino falsificasse nada. O I não, porque não faltava esta lettra e a sua birra era que

[89] Francisco Martins Sarmento. *[Carta] 2 de Maio a José Leite de Vasconcellos*. 1896. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 20679. Sublinhado nosso.

[90] Albano Bellino. *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2142.

[91] J. J. da S. Pereira Caldas. *[Carta] 1 de Junho a José Leite de Vasconcellos*. 1890. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 3600.

[92] José Machado. *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12586.

> no PON desapparecera na primeira lettra o traço que fasia ver nella um R. E argumentava também com a copia do Argote, com a qual as primeiras, por elle tirada, condisia. Parece-me que no seu inquérito deve partir do principio de que ou tão maquinoso podia ser o Machado e o Bellino, ou nenhum delles. Não faltava mais nada senão vermos as inscripções arranhadas. Mas por mim é de fé que se os traços terminaes do I foram feitos há um anno, supponhamos, o microscópio pelo menos deve descobrir o flagrante delito[93]

Neste entretanto, A. Bellino sugeria à vereação camarária que solicitasse do *MOPCI* a classificação do *Ídolo* como *monumento nacional protohistorico de primeira classe*, curiosamente, uma designação omissa na primeira lista oficiosa de 'monumentos nacionais', proposta em 1881 pela *RAACAP*[94].

2.3. Reflexões sobre (alguma) política de salvaguarda monumental

Estes episódios reforçavam, no entanto, a crescente descrença de A. Bellino na actuação e real eficácia dos organismos constituídos governamentalmente para estudo, preservação e divulgação monumental, pois, «Se em Lisboa houvesse uma *Commissão dos Monumentos* que quisesse aproveitar o meu enthusiasmo alguma coisa se faria a bem da arqueologia; mas eu entendo que na cidade de marmore só há Machados e Vasconcellos!»[95]. Era uma crítica directa, alargada ao próprio J. Leite de Vasconcellos, possivelmente pela proximidade que mantinha com J. Machado e pela influência que desfrutava nos diferentes quadrantes culturais do país, especialmente em cidades como Braga, muitas vezes utilizada para benefício do museu que dirigia. Compreende-se, deste modo, que o desencanto com a actuação de Lisboa, em especial motivado por precisão de apoio e reconhecimento, o esmorecesse pontualmente, desabafando nos seguintes moldes: «O Conselho dos Monumentos officiou-me a encarregar-me de fazer o

---

[93] Francisco Martins Sarmento. *[Carta] de Outubro a José Leite de Vasconcellos*. 1895. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 20676. Sublinhados nossos. O *ídolo* foi assunto longamente debatido entre F. Martins Sarmento e A. Bellino, sugerindo o primeiro a metodologia a utilizar na sua reprodução: «O papel deve ser mais fino. O papel de imprensa serve bem, mas quanto menos goma melhor. Molha-se muito a pedra e assenta-se o papel em cima das letras batendo-o com uma esponja bem molhada, de modo que seja bem recalcado para o fundo das letras. Se o papel rasgar, não importa; põe-se uma 2.ª folha de papel por cima da 1.ª e faz-se o mesmo que a esta. Água e mais água. Pode pôr 3.ª e 4.ª folha e às vezes até não é mau. Deixa-se depois secar tudo naturalmente e pelo avesso das folhas as letras aparecem num bom relevo [...]. Naturalmente as lápides que se esfarelam estão salitradas: a doença é grave [...].» (Excerto da carta endereçada por F. Martins Sarmento a A. Bellino, a 7 de Maio de 1896, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento. A secção de Albano Belino. Catálogo da Exposição*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2005 p. 24).

[94] BELLINO, A. Cidades mortas (estudo póstumo), p. 14.

[95] Excerto da carta endereçada por A. Bellino a F. Martins Sarmento, a 13 de Maio de 1896, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento*, p. 24. Sublinhado nosso. Uma crítica de certo modo corroborada por F. Martins Sarmento em epístola endereçada a A. Bellino, numa evidência da compreensão, por parte de muitos, da estratégia utilizada por J. Leite de Vasconcellos para obtenção de materiais destinados ao *MEP* que dirigia: «Vê-se que o Machado anda com pouca sorte, mas o resultado que tiram os espadachins dos seus ataques a torto e a direito não pode ser outro. Também não gostei da vaia jogada ao Caldas pelo J. leite, mas aí está outro espadachim, que também a cada passo encontra o pago das suas pimponices. Há gente que leva a vida a bater e a ser batida e passa assim excelentemente. Que lhe preste.» (Excerto da carta endereçada por F. Martins Sarmento a A. Bellino, a 9 de Outubro de 1895, publicado em *Idem*, p. 24).

esboço d'uma restauração na egreja de Villar de Frades. Merecia que lhe respondesse negativamente, mas enfim vá lá.»[96].

Apesar destes momentos de maior desânimo, a verdade é que não terão sido suficientes para o afastar por completo do estudo, conservação e divulgação dos vestígios do passado que identificava e recolhia na região minhota e, sobretudo, no perímetro da cidade de Braga. Tal como sucedia com as personalidades mais empenhadas nesta demanda, A. Bellino reconhecia que um trabalho desenvolvido seriamente neste sentido não poderia, em momento algum, prescindir da colaboração das entidades locais mais gradas, nomeadamente para elaboração do principal instrumento de salvaguarda monumental. Referimo-nos, é claro, ao inventário originado a partir de inquéritos direccionados a públicos específicos, designadamente quando elaborados a pensar nos conhecimentos dos responsáveis pelos templos locais.

Uma realidade que tinha sido, há muito, reconhecida, não apenas além-fronteiras, onde os párocos constituíam um poderoso aliado (ao mesmo tempo que desafiador...) da manutenção das "memórias" materializadas em diferentes suportes, como entre nós, onde a *RAACAP* desenvolvera uma ampla campanha de sensibilização junto dos mais altos responsáveis da Igreja para que se envolvessem no assunto, produzindo conteúdos programáticos específicos a reger nos seminários, com vista à formação dos futuros responsáveis eclesiásticos. Enquanto isso, editavam-se autênticos livros-compêndios de História da Arte conectada às características das obras imóveis e móveis religiosas, então inscritas no entendimento generalizado de *Archeologia Christã*[97] e que, em Espanha, por exemplo, era unívoco de 'Arqueologia Sagrada: Bíblica e Cristã'[98]. A força deste tipo de abordagem foi de tal modo interiorizada por A. Bellino que, em 1900, publicou uma obra assim intitulada, com a *descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*[99], ou seja, justamente das duas cidades que mais lhe diziam afectivamente. Um livro que, se resultava da sua natural estima pela arte religiosa, decorria, sem dúvida, da proximidade que mantinha com os círculos eclesiásticos nortenhos. Na verdade, é o próprio A. Bellino quem nos esclarece a situação na *advertência*, onde tomamos conhecimento da sua presença no *II Congresso Internacional de Archeologia Christã*, realizado na cidade de Roma, em Abril de 1899, sob presidência do Abbé Louis Marie Olivier Duchesne (1843-1922), arqueólogo e reputado filólogo, professor e historiador do Cristianismo, Liturgia e instituições católicas romanas, tendo estado na origem do movimento (porém fracassado) de aproximação do catolicismo à Filosofia, ciências sociais e naturais, naquele que ficaria conhecido por "Modernismo Católico". Um facto, por si só, digno de nota, não apenas por cristalizar o interesse de A. Bellino pelo assunto e necessidade de aprofundar os seus conhecimentos na área, confirmando a fruição de um elevado capital económico, como por revelar a sua inserção nos circuitos europeus consagrados ao assunto.

É neste prólogo que nos inteiramos da boa recepção do livro, cujo lançamento projectara para um momento específico da História da Igreja Ocidental, pois foi aí que obteve um «[...]

---

[96] Albano Bellino. *[Carta] 24 de Novembro a José Leite de Vasconcellos*. 1905. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2225.

[97] *Cf.* Martins, A. C. *Possidónio da Silva (1803-1896) e o elogio da memória*.

[98] DEAMOS, M. B. (2003). Arqueologia y clero rural. Cristobal R. Jurado Carrillo, cura de Niebla (Huelva). *El Clero y la Arqueologia Española. II Reunión Andaluza de Historiografia Arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 133.

[99] BELLINO, A. (1900). *Archeologia Christã. descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal.

inesperado incentivo para dar publicidade a este meu trabalho commemorativo do Jubileu Universal do Anno Santo, ultimo do século XIX, proclamado pelo incomparável Pontífice Leão XIII [nascido Giocchino Vincenzo de Pecci (1810-1903) (*vide infra*)], o diplomata distincto, o santo e sábio Chefe da Egreja Universal, tão justamente considerado a mais lídima gloria do Pontificado Romano!»[100] (*vide infra*), e autor, entre outras, da encíclica *Immortale Dei* (1885). E não deixa de ser curioso que, embora consagrada à *Archeologia Chistã*, a obra se abrisse afirmando que *Data da origem da humanidade a crença na vida futura*[101], por exemplificar, a par da profunda religiosidade do autor, a estratégia, ainda que inconsciente, comungada por vários investigadores europeus da época de utilizar os estudos arqueológicos para reafirmação da (suposta) espiritualidade intrínseca do ser humano e, por consequência, da existência de um *Criador* supremo. Contrariar-se-ia, desse modo, por exemplo, a convicção de um decano da Arqueologia oitocentista, como o pré-historiador e antropólogo francês Gabriel de Mortillet (1821-1898), professo ateu, e a quem aprazaria a sátira de Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923) sobre a cosmogonia, antepondo-se, neste sentido, ao pessimismo de José Pereira de Sampaio Bruno (1857-1915), descrente numa cultura despojada de religiosidade[102]. E terá sido neste sentido que A. Bellino necessitou de fixar a seguinte passagem, inserta noutra mais abrangente na qual perfilhava o *transformismo* em detrimento do 'evolucionismo', *sem prejuízo da revelação*:

> Discute-se e apregoa-se a incompatibilidade da sciencia com a religião de Jesus, affirmando-se que esta combate pelo obscurantismo e pelo retrocesso [...] [mas] Não há pois antinomia entre a sciencia com provas e a fé catholica, porque Deus, considerado a própria Verdade, é auctor d'uma e d'outra [...]. Assim o comprehende uma grande parte do clero illustrado que devotadamente se dedica aos estudos pré-historicos [...] affirmam[do-se] que existe a concordância das novas descobertas pré-historicas com o livro de Moysés[103]

Longe de se quedar por esta – já de si relevante – iniciativa, A. Bellino solicitou a J. Leite de Vasconcellos que o apoiasse, publicando no *Archeologo Portuguez* o questionário que concebera, instando junto do prelado para a necessidade do seu preenchimento, com vista ao conhecimento efectivo da realidade monumental daquela região do actual território português[104]:

> É meu desejo que V.º Ex.ª transcreva no Archeologo o meu Questionario, embora elle não seja puramente archeologico. Não me passou despercebida essa circumnstancia quando o redigi, mas pareceu-me que era admissível n'um interrogatório, sem mesmo lhe alterar o titulo, procurar elementos para estudos ethnographicos e onomásticos. Ajude-me chamando para o referido Questionário a attenção dos parochos e eu procurarei ser-lhe prestável[105]

---

[100] Id., *Idem*, p. VII.

[101] Id., *Idem*, p. 1.

[102] GAMA, M. (2004). Sampaio Bruno: um percurso de heterodoxia. In CALAFATE, P. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4: 1. O século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 213.

[103] BELLINO, A. *Idem*, p. 10-11. Sublinhado nosso.

[104] Com efeito, dois anos antes, A. Bellino mencionava que «Nos impressos que vou distribuir pelos párocos, com a assinatura do Prelado, meto os sinos velhos e os nomes dos lugares de cada freguesia. Tenciono obter, por intermédio dos governadores civis de todos os distritos, os nomes das freguesias, das quintas e respectivos campos ou glebas, montes, etc.» (Excerto da carta endereçada por A. Bellino a F. Martins Sarmento, a 4 de Abril de 1898, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento*, p. 28)

[105] Albano Bellino – *[Carta] 23 de Outubro a José Leite de Vasconcellos*. 1900. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2163.

Mas, tal como reconhecia F. Martins Sarmento,

> Fazer um inventario das nossas velharias é um serviço impagável, mas também é um trabalho inumano e para que não vejo ganho. A maior parte dos seus informadores dançará depressa e poucos serão os que vão ver com os próprios olhos qualquer antiguidade, a não ser que fique dentro do seu quintal. É o que me diz a minha experiencia. A parte mais importante dos periódicos da índole do seu é a parte figurativa. Uma gravura vale mais do que vinte descripções. Mas os desenhadores? Os photographos? e sobretudo os photographos e desenhadores que corram montes e valles, onde há monumentos dignos de publicidade? [...]. Falta dinheiro para lhes pagar, e ás vezes há dinheiro, mas seria necessário dinheirão para obrigar os artistas a fazer uma excursão de três legoas. Outras vezes os que tem obrigação não as cumprem[106]

Mas mais do que a inexistência de técnicos especializados essenciais à identificação e registo de vestígios antigos, era o aumento de particulares coligindo artefactos procedentes de várias estações arqueológicas que inquietava quem se dedicava ao seu estudo. A. Bellino dificilmente debelaria o fascínio suscitado pelos benefícios financeiros alcançados por quem os recolhesse para venda ulterior, relembrando o lamento de F. Martins Sarmento: «[...] se está desenvolvendo por toda a parte uma praga de colleccionadores particulares que vão limpando tudo. Só nos faltava esta! E parece que vão aferrolhoando para negocio.»[107]. Na realidade, o investigador bracarense lastimava-se da seguinte forma a J. Leite de Vasconcellos:

> Uma noticia triste: o criado do Seminário veio dizer-me que o machado e martello de cobre desappareceram de sua casa! Não me conformo com a resposta, e antes acredito que o manhoso não quisesse agradar mais aos extranhos do que ao patrão P.e C. Não lhe palpita? Hei de fazer um contrato com a bruxa do Areal (recorda-se dos corpos que falam?) para ella me denunciar quantos machados, fíbulas, estatuetas, etc. entrarem na cidade. [...]. Do que eu não desisto é de continuar a colheita de velharias e de imprimir depois num catalogo illustrado para que a todo o tempo conste que não pertenço ao numero de criminosos[108].

Era uma realidade tanto mais preocupante quanto colocaria em causa um dos principais projectos de vida de A. Bellino e de quem se interessava pelo passado bracarense. Referimo-nos à criação de um museu arqueológico onde se protegessem e exibissem os materiais retirados ao solo prospectado e escavado.

---

[106] Franciso Martins Sarmento – *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 20672. Sublinhados nossos. «Creio que os archeologos não faltariam, se os nossos governos dessem ao menos mostras de que a coisa tinha o seu valor, mas ha de acreditar que havendo uma legião d'engenheiros ociosos, aquelle a que foi incumbida a planta da Citânia de Sabroso, há três annos, nem começou ainda com a segunda, nem acabou a primeira? "Naquelle tempo não havia rei em Israel e casa um fazia o que queria.".» (Franciso Martins Sarmento – *[Carta] 13 de Abril a José Leite de Vasconcellos*. 1894. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 20769).

[107] Franciso Martins Sarmento – *[Carta] 12 de Maio a José Leite de Vasconcellos*. 1889. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 20756. Sublinhado nosso.

[108] Albano Bellino – *[Carta] 25 de Agosto a José Leite de Vasconcellos*. 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2192.

2.4. O museu arqueológico de Braga

A ideia de constituir um museu arqueológico em Braga fora, certamente, ponderado antes da iniciativa de A. Bellino, até pela tradição literária que cedo caracterizou os círculos intelectuais da cidade (*vide supra*), e para os quais o exemplo de Viana do Castelo (*vide supra*) não desempenhara um papel de somenos relevância. A verdade, porém, é que foi numa conjuntura política, talvez, mais propícia à sua realização que as individualidades de maiores capitais da urbe se mobilizaram nesse sentido, ainda que não deixasse de se revelar um novo terreno de disputa pessoal entre este investigador e uma das personalidades mais influentes da vida política bracarense, J. Machado, com evidentes responsabilidades públicas pelo cargo que ocupava na respectiva Câmara Municipal. De facto, num primeiro momento, possivelmente quando A. Bellino ainda não se envolvera no assunto, J. Machado ter-se-á empenhado na fundação do museu, apelando à boa vontade e aos conhecimentos pessoais de entidades de reconhecido renome nacional, com destaque para J. Leite de Vasconcellos: «O museu estabelece-se impreterivelmente no proximo anno; e conto com a valiosa conparencia do meu amigo quanto ao estudo de dispensas, que se devem dar aos monumentos que restam.»[109]. É mesmo possível que o director do *MEP* diligenciasse pessoalmente nesse sentido, apesar das suas reservas sobre a formação de museus arqueológicos de perfil regional e/ou local. Além disso, correspondia-se com A. Bellino que o actualizava sobre o assunto, ao mesmo tempo que manifestava as suas preocupações e reticências, estas últimas focalizadas no desempenho, exactamente, de J. Machado, que, não obstante, asseguraria a sua vontade de materializar o estabelecimento do museu. Mesmo que,

> desde o falecimento do presidente da Câmara, eu tenho de facto exercido dois cargos muito trabalhosos – Presidente da Câmara e Secretario. [...] O orçamento de 1897, já está organisado e approvado e [?] uma verba de 1:000:000 rs. para o Museu archeologico. Vou escrever ao Jeronymo Pimentel para que o M.º do Reino se não oppônha. No anno de 1897 há-de ser inaugurado o Museu de Braga – é o que affirmo gostosamente ao meu am.º, como um dos melhores apóstolos de Archeologia[110]

Tudo parecia, de facto, encaminhar-se neste sentido, pois, a par da aprovação do orçamento solicitado para o efeito, constituíra-se uma comissão especial de instalação do museu. O nome de A. Bellino não constaria, porém, deste grupo de trabalho, provavelmente pelos problemas que mantinha com o seu planeador, conquanto não deixasse de surpreender essa aparente exclusão face ao nome que entretanto granjeara no seio cultural da cidade e de influentes organizações particulares de salvaguarda monumental. Em seu lugar, integravam a comissão, e nas palavras de J. Machado, «[...] uma pessoa competente – P.e Capella[111] – um enthusiasta – eu; dois cavalheiros muito illustrados – P.e Pereira e Lemos Freitas; dois jornalistas intelligentes e amadores d'antiguidades – Soreiro-Ribeiros e Reclecto Barbosa – e um curioso que, com alguma illustração e muita boa vontade, se dedica aos estudos archeologicos.»[112]. Mas o que

---

[109] José Machado – *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12594. Sublinhado nosso.

[110] José Machado – *[Carta] 9 de Dezembro a José Leite de Vasconcellos*. 1896. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12596.

[111] Trata-se do sacerdote Manuel José Martins Capela (1842-1925), notável latinista e defensor do neotomismo que propagou especialmente durante a sua fixação na cidade de Braga, tendo sido o sócio correspondente, em Viana do Castelo, da *CMN*.

aparentava ser um dado adquirido, transformar-se-ia, em breve, num momento extremamente delicado. Ao contrário das expectativas iniciais acalentadas de modo tão entusiástico, os meandros políticos não asseguraram a formação do museu a instalar no Campo das Carvalheiras (situado na vertente Norte da colina do Alto da Cividade), como planeara J. Machado. Sintomaticamente anotada por J. Leite de Vasconcellos como perfazendo um documento essencial *Para a História da Arqueologia*, a missiva endereçada por J. Machado esclarecia o duro golpe desferido contra o projecto:

> Braga nunca terá um museu. Após mil difficuldades e dissabores, consegui que a Câmara votasse uma verba rasoavel no orçamento ordinário de 1897 para realizar este reclamado melhoramento. [...] Consegui que o Ministro do Reino – João Franco, approvasse esta verba. Pouco depois cahiu [...] consegui que a Commissão fixasse o local do museu nas Carvalheiras. Organizado o respectivo projecto e orçamento no conjunto de 1:400:00 reis foi tudo approvado pela Câmara e apresentado á apreciação do Sr. Ministro do Reino. S. Exa. mesmo se dignou communicar a sua resolução [...]. Incluída a respectiva verba no orçamento ordinário do corrente anno, tive a desagradável surpresa de ler no despacho do Ex. M.º do Reino que não sendo obrigatória d'este concelho a construção e estabelecimento do Museu ficasse registada aquella verba[113]

J. Machado terá, então, considerado a possibilidade de, *em officio que recebi da Real Associação do Carmo*, instar superiormente para que se relembrasse junto do advogado e jornalista José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914) e de Arthur Tôrres da Silva Fevereiro (1851-1913) que não dificultassem o estabelecimento camarário de museus locais, «[...] já que o Governo não recommendava como lhe cumpria a criação d'esses estabelecimentos.»[114]. Absteve-se, contudo, de fazê-lo. Especialmente quando, apesar do enorme interesse que votava aos assuntos arqueológicos, a eles devia *os maiores desgostos*, a maioria dos quais decorrentes de acções movidas, no seu entender, por A. Bellino e Pereira Caldas, *e trinta idiotas do mesmo género!* «Estes factos se me entristecem, também augmentam a consideração que me merece V. Ex. e outros archeologos porque conheço o quanto devem ter soffrido e o quanto amam a Sciencia para não desanimarem apesar das intrigas [...] e das difficuldades, tecidas pela estupidez e maldade d'uns e pela inveja e uma vontade d'outros.»[115]. Palavras que relembravam, na verdade, as mágoas e as reclamações de A. Bellino a seu próprio respeito. Não obstante, seria o mesmo A. Bellino a dirigir-se ao fundador do museu vimarenense nos seguintes termos, demonstrativos do sentimento que o alimentava em relação ao assunto:

> Continua V.ª Exa. [F. Martins Sarmento] na esperança de tudo se conciliar para a fundação do museu. Os ânimos dos membros da commissão estão conciliados e por conseguinte a obra deve ir por diante, porque não vejo nada que a estorve. Se o P.e Capella quiser a minha cooperação, pode escusar todos os companheiros. Eu não aceito nada porque vou compreendendo que estou melhor na oposição. Trabalho mais e com maior gosto[116]

---

[112] José Machado – *[Carta] 28 de Janeiro a José Leite de Vasconcellos*. 1897. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12597.

[113] José Machado – *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 12581.

[114] *Ibidem*. Sublinhado nosso.

[115] *Ibidem*. Sublinhado nosso.

[116] Excerto da carta endereçada por A. Bellino a F. Martins Sarmento, a 19 de Março de 1897, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento*, p. 27. Sublinhado nosso.

Com efeito, A. Bellino conheceria bem os enredos políticos e sociais da cidade que o acolhia, configurando um cenário relativo à formação da comissão que em breve se materializou, em grande parte mercê do entendimento que detinha sobre os propósitos de J. Machado e do próprio J. Leite de Vasconcellos, investigador que, apesar do respeito intelectual que lhe merecia e do ascendente que usufruía nos círculos competentes, revelava, no seu entender, contornos menos adequados aos reais interesses culturais das comunidades locais e regionais:

> Sabe que o P.e Capella despediu-se da Commissão do Museu? O P.e Pereira que é o Vice-presidente, disse-me que está morto por lançar a carga ao mar, pois nem ele nem os seus companheiros percebem de arqueologia. O pedante do Vasconcellos concorreu bastante para este resultado com as suas arreeiradas num artigo laudatório para a Commissão. Eu respondo a todos que me encarrego de apresentar o museu fundado ao cabo de um ano, e espero isso quando esta Câmara for dissolvida ou substituida por outra contrária ao *Vasconcellos* daqui[117]

Contrariamente, porém, ao que terá sucedido entretanto com J. Machado, A. Bellino não desanimou, fortalecendo-se por entre as inúmeras adversidades resumidas, não propriamente à carência dos meios financeiros indispensáveis à formação do museu – pois, esses, estariam já assegurados (*vide supra*) –, mas à disponibilização de um edifício adaptável aos fins em vista, já que não se equacionava a construção de uma estrutura especialmente concebida para o efeito em razão, certamente, da sua enorme onerosidade. O panorama institucional obrigara, contudo, o investigador bracarense a repensar parcialmente o assunto, dedicando-se doravante à instalação, é certo, do museu arqueológico da cidade, mas também à integração da sua colecção privada no todo que aquele constituiria, a única forma possível de assegurá-la para a posteridade, depois de a ter colocado, em 1890, sobre a portaria do extinto convento de S. Marcos[118]. Uma colecção particular entretanto transferida para uma loja do Paço Arquiepiscopal, que seria visitada por individualidades de renome nacional, a exemplo do engenheiro, arqueólogo e escritor Ricardo Severo de Fonseca e Costa (1869-1940):

> Visitámos o museu Albano Bellino, que se alberga em acanhada loja a um canto do paço episcopal, no andar térreo; é um sombrio e húmido corredor de poucos palmos de largo, apenas alumiado por uma fresta que dá para o claustro. Mal se percebem os objectos que a dedicação do coleccionador aí desveladamente amontoou; presta-se entretanto este pobre aspecto a tornar mais expressivo o contraste entre o entusiasmo e piedosa veneração do investigador e o desprezível e mesquinho amparo do fúnebre cubículo[119]

E, dirigindo-se a J. Leite de Vasconcellos, A. Bellino afirmou:

> Aqui o espero no Natal. Forcejarei por lhe mostrar em Braga a minha collecção archeologica, supposto me envergonhe de patentear aquellas preciosidades na desordem em que as tenho! Estou sempre á espera da resolução do Prelado sobre a cedência d'outra loja que possue apropriada.

---

[117] Excerto da carta endereçada por A. Bellino a F. Martins Sarmento, a 26 de Abril de 1897, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento*, p. 27. Sublinhados nossos.

[118] BELLINO, A. – *Archeologia Christã. descripção*, p. 153-154.

[119] SEVERO, R. (1903). A collecção archeologica de Albano Bellino, em Braga. *Portugália*. Porto. 1, p. 651. Sublinhados nossos.

> Veremos se o Espírito Santo o inspira...[...] Em poder dos offerentes tenho outros monumentos à espera de aposentos, e em minha casa as moedas e alguns objectos mais preciosos. A nossa Associação dos Archeologos e a Commissão dos Monumentos não se preocupam muito com estes nadas[120]

Palavras que, além de reafirmarem os conhecimentos pessoais que detinha no seio eclesiástico bracarense, junto do qual tentaria solucionar o impasse relativo à instalação do museu, acentuavam a sua desilusão com o escasso empenho das duas instituições que consideraria deverem encontrar-se mais próximas dos assuntos de salvaguarda monumental: a *RAACAP* e a *Commissão dos Monumentos*, as quais, apesar da diferença da sua natureza – privada, a primeira, e pública, a segunda – se completavam e comungavam da maioria dos vogais[121]. Mas os interesses e as permanentes oposições políticas sobrelevavam com exasperante frequência as necessidades culturais, especialmente quando o teor era arqueológico, então ainda demasiado incipiente para ser devidamente interiorizado pelas instâncias administrativas do país. Uma situação à qual A. Bellino não era insensível, antes reconhecendo-a na íntegra. Não surpreendia, por conseguinte, que, juntamente com P. Caldas, se dirigisse ao Governador Civil da época, José de Abreu do Couto Amorim Novaes (1855-?), *implorando o seu auxilio* para a fundação do museu, obtendo a garantia de coadjuvação governamental e da aprovação do ministro das Obras Públicas.

Parecia restar apenas a cedência de uma sala do Paço Arquiepiscopal para instalação da biblioteca associada ao museu, a formar com os livros de P. Caldas. «[...] mas n'este meio tempo regressou d'uma praia o Jose Machado, e conseguiu, pela politica, transtornar a nossa tentativa.»[122], numa clara demonstração do imenso domínio dos bastidores políticos – assim como do contrapoder – exercido por J. Machado, objectando os intentos daquelas duas individualidades, prejudicando os proveitos da própria cidade que deveria servir. Não obstante, o plano não caiu por completo no esquecimento de quem era assim afastado da sua concretização, pois, de par com os regulamentos, os apontamentos e a relação das personalidades então consideradas mais aptas a integrar a direcção do futuro museu, *para na occasião mais opportuna se levar a effeito*, mantinha-se a firme convicção de envolver P. Caldas, «[...] que é a única auctoridade archeologica de Braga. Não me prestarei nunca a desconsiderar quem, como elle, tem gasto o melhor do seu tempo a trabalhar em prol da sciencia.»[123]; apontando-se, deste modo, os movimentos sinuosos accionados para o seu afastamento. Estes trilhos capciosos não impediam, todavia, que persistisse na sua demanda, até porque os «[...] museus municipaes, verdadeiras escolas praticas onde se aprende a amar o passado e onde se estuda arte antiga nos

---

[120] Albano Bellino – *[Carta] 4 de Dezembro a José Leite de Vasconcellos*. 1901. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2169. Sublinhados duplos nossos. Uma esperança que parecia acalentar até bem perto do seu desaparecimento, quando, em 1905, afirmou que «No meu pequeno museu recolhi mais estas duas relíquias epigraphicas, esperançado na cedência que a Câmara Municipal virá a fazer-me de uma casa apropriada para dar conveniente disposição a tudo o que já possuo.» (Id. (1905a) – Bracara Augusta. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 10, p. 119.), numa reiteração da consciência que detinha da necessidade de expor cientificamente o acervo que possuía.

[121] *Cf.* primeiro capítulo de MARTINS, A. C. – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial*.

[122] Albano Bellino – *[Carta] a José Leite de Vasconcellos*. S.d. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2141. Sublinhados nossos.

[123] *Ibidem*. Sublinhado nosso.

vestigios que nos ficaram do povo-rei e de outros que aqui lhe succederam. [...]. Despertem emquanto é tempo e convençam-se de que já hoje não é cedo.»[124]

O problema principal focalizava-se, contudo, e doravante, na obtenção de um espaço adequado aos propósitos museológicos que buscava. O que não parecia fácil. Não perante a possibilidade avançada por autoridades locais de demolir parte de um edifício evocativo de antigas "memórias" bracarenses para nele instalar o ambicionado museu: «A Câmara de Braga, na sua ultima sessão, resolveu demolir o edifício da cadeia, conservando o castello da cidade para la ser fundado um museu archeologico! A lembrança é desastrada, pois o castello não possue uma única condição recommendavel [...].»[125]. Havia, no entanto, que garantir a *boa disposição dos senadores*, incutindo-lhes o bom senso fundamental ao abandono daquele sentido, analisando alternativas ajustadas às características do museu perspectivado. Compreende-se, assim, que se mantivesse próximo dos círculos políticos citadinos que percorria com a neutralidade indispensável, conquanto parecesse aproximar-se pontualmente dos progressistas, mesmo que se opusessem ao conservadorismo regenerador, eventualmente mais próximo dos interesses eclesiásticos. O certo é que «O Dr. Santos Motta da-me esperança de se conseguir a loja dos Bombeiros caso vingue a lista progressista na próxima eleição municipal. Ora os deuses protejam a politica do Snr. José Luciano[126], visto esperarmos d'ella alguma cousa útil [...].»[127], numa possível proximidade à Monarquia liberal progressista chefiada pelo Conselheiro José Luciano de Castro P. C. R. (1834-1914). Volvido, porém, um ano, o prometido espaço não foi disponibilizado. Em contrapartida, «Tenho agora aqui esperança na cedência d'uma loja apropriada que será posta á minha disposição se se reconstruir o palacete dos Coimbrãs [residência eclesiástica de quatrocentos], que a Câmara (está furiosa!) também vae expropriar.»[128]. Uma alteração provavelmente resultante do novo cenário político adverso (por motivos ainda não totalmente elucidados por nós), num momento em que se prenunciava o termo dos partidos, entretanto subjugados a um desconfortante e enfraquecedor 'Rotativismo'.

2.5. Estudos medievais. O castelo de Braga

As palavras pronunciadas por A. Bellino sobre o castelo de Braga, que *não possue uma única condição recommendavel*[129] (*vide supra*), denunciavam uma das realidades mais preocupantes em termos de salvaguarda monumental vividas na "cidade dos Bispos": a degradação do castelo, um dos símbolos maiores da sua História milenar. Mas não só, pois expressavam a curiosidade que foi crescendo paulatinamente no investigador bracarense pelo passado

---

[124] BELLINO, A. (1905c). Museu de Braga (Projecto). *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 10, p. 16.

[125] Albano Bellino – *[Carta] 1 de Janeiro a José Leite de Vasconcellos*. 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2180. Sublinhados nossos.

[126] Trata-se de José Luciano e Castro, eleito para a chefia do Partido Progressista após a morte, em 1885, do escritor, arqueólogo, genealogista e Par do Reino, Anselmo José Braancamp Freire (1849-1921), presidente do primeiro Ministério progressista, formado em 1879.

[127] Albano Bellino – *[Carta] 4 de Outubro a José Leite de Vasconcellos*. 1904. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2215. Sublinhados nossos.

[128] Albano Bellino – *[Carta] 24 de Novembro a José Leite de Vasconcellos*. 1905. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2225. Sublinhado duplo nosso.

[129] Albano Bellino – *[Carta] 1 de Janeiro a José Leite de Vasconcellos*. 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2180. Sublinhados nossos.

medieval da urbe, possivelmente em razão da estreita proximidade que mantinha com o seu universo religioso, fosse por razões familiares, fosse por convicções pessoais, fosse por um gosto estético muito próprio. O que não admirava, pois o apreço pela medievalidade era já significativo entre nós, na esteira dos exemplos originados além-fronteiras, onde a Idade Média testemunhava o conjunto de valores que determinadas faixas sociais pretendiam exaltar perante o ascendente de um quotidiano burguês assente na produção industrial, enquanto, em países como o nosso, os tempos medievos correspondiam ao período de formação das fronteiras geográficas que urgia justificar e consolidar num quadro de alevantadas pretensões imperiais. Uma tendência que A. Bellino seguia, até pelas responsabilidades que assumira enquanto "vogal-correspondente"da *CMN*, competindo-lhe, nessa condição, inventariar as "riquezas artísticas e arqueológicas", registar o estado de conservação dos exemplares existentes, assim como observar as intervenções de conservação e restauro realizadas, ainda que não permanecesse imune às críticas negativas, especialmente dirigidas por J. Machado, mas também por Ernesto Korrodi (1889-1944), arquitecto do restauro do castelo leiriense[130]:

> De certo já conhece [J. Leite de Vasconcellos] a formidável descompostura que tive a honra de appanhar a propostio da Archeologia que tanto trabalho me dêu! A linguagem Korrodi-Machadistica é tudo o que há de reles; mas não me incommoda porque nunca tive pretensões a sábio. O que me revolta são as falsidades como, por exemplo, a contestação (sem provas) da antiguidade do sino de S. Geraldo, e a duvida em que é posta a minha opinião á cerca da architectura de S. Miguel do Castello, opinião que mantenho diante dos melhores architectos. Todo o meu trabalho que, sem duvida, representa um bom serviço prestado á architectura e á historia, é sacrificado á sanha invejosa. Está provado que os apedrejadores não acabam[131]

Ademais, os castelos encontravam-se, sobretudo no dealbar da nova centúria, no centro das atenções e actividades da *CMN*. Com efeito, embora tivesse promulgado desde o início a inventariação geral e completa dos monumentos históricos, rapidamente germinou no seu interior a ideia de promover registos temáticos, quer do ponto de vista cronológico, quer categorial e tipológico, tal como era há muito discutido entre os membros mais destacados da *RAACAP*. Foi, assim, que, pouco tempo depois de se reavivarem as suas funções (1893), se oficiou ao Ministério da Guerra a intenção de arrolar os monumentos pertencentes à categoria de "arte militar" ou, como designaríamos actualmente, de Arquitectura militar, e cuja autonomia se reconhecera ainda em 1881. E não apenas pelo facto de as suas duas principais tipologias – castelos e demais fortificações – evocarem a definição e defesa do território nacional[132]. Ela destacara-se de igual modo por materializar uma pretendida "alma" portuguesa, afastando-se, também por isso, do conceito de "monumento morto"[133].

---

[130] COSTA, L. V. da (1998). *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, ensino, e restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

[131] Albano Bellino – *[Carta] 17 de Março a José Leite de Vasconcellos*. 1902. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2171. Sublinhado duplo nosso.

[132] O vasto interesse evidenciado pelos castelos, por parte do *Estado Novo*, foi rapidamente apreendido por outras formas de governação europeia, com destaque para a Espanha franquista, onde o *Decreto* de 1949 legislou sobre os castelos espanhóis (*Decreto* de 22 de Abril de 1949, *Boletín Oficial del Estado*, de 5 de Mayo de 1949).

[133] Um entendimento legitimador de um restauro quase permanente para preenchimento do seu "carácter" social e cultural, como defendia o arquitecto Adães Bermudes e como, de uma forma geral, entenderam o arquitecto Alfredo de Andrade (1839-1915) e E. Korrodi ao contemplar, no seu projecto de restauro do castelo

Além de poder garantir a sua preservação, o inventário pretextava a conjugação de esforços para uma correcta delineação de eventuais projectos de conservação e restauro pensados para cada castelo, defendendo-se que os mais degradados fossem colocados à guarda de veteranos do MG, até por não implicar qualquer acréscimo da despesa pública[134]. E o grande incentivador deste arrolamento foi, sem dúvida, o bibliófilo T. B. de L. e S. Larcher (1865--1932). Juntamente com o Vice-presidente da *CMN*, Luciano B. Cordeiro de Sousa (1844-1900), dirigiu-se ao MG na Primavera de 1894, sendo, então, recebidos pelo próprio ministro regenerador de E. R. Hintze Ribeiro (1849-1907), Luís Augusto Pimentel Pinto (1843-1913), que se comprometeu a secundar a *CMN*. Um momento prontamente aproveitado pelos seus "vogais-efectivos", comunicando as resoluções firmadas às autoridades militares, endereçando--lhes um questionário, ao mesmo tempo que circulares similares aos párocos e autarquias[135], relembrando o procedimento da espanhola *Comisión Central de Monumentos* (1844)[136].

Entretanto, aprovava-se outra proposta de F. Larcher no sentido de mediar os assuntos conectados aos monumentos militares entre a *CMN* e o MG, competindo-lhe harmonizar os interesses de ambas as instituições relativamente à metodologia de conservação dos castelos e restantes edifícios dependentes daquele Ministério, desde que revestidos de valência artística e histórica. Especialmente quando encerravam e consolidavam o ideal de propriedade nacional, regional e/ou local, ao mesmo tempo que de identidade e independência interna. Um procedimento que, por sugestão de um vogal, se deveria abrir a outras pastas tutelares de monumentos e edifícios históricos[137]. Mas apesar desta disponibilidade ministerial, a colaboração na área do inventário não terá sido tão profunda e célere quanto, decerto, pretenderia a *CMN*, mesmo que o MG reconhecesse o seu papel indispensável na valorização do património que detinha. E esta foi a razão pela qual, em 1901, após o falecimento de L. Cordeiro, o (já) *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais* (*CSMN*) recebeu um ofício da presidência da «Comissão das Fortificações do Reino» remetendo-lhe a relação de antigas praças de guerra e sítios fortificados que entendia *deverem ser conservados como Monumentos Nacionaes*[138], admitindo, com este gesto, que a única garantia da sua preservação consistia na sua classificação.

A consideração pelos castelos e demais sistemas defensivos não era, todavia, uma prerrogativa de técnicos e literatos empenhados na perscrutação das origens medievais portuguesas, ainda que representassem um grupo assaz considerável, por razões por demais compreensíveis, tanto do ponto de vista histórico-artístico, quanto ideológico, pois também os povoados fortificados de altura da Idade do Ferro, mais conhecidos por *castros*, eram abrangidos nesta tipologia construtiva, em especial por parte de quem se dedicava à investigação arqueológica, a exemplo de J. Leite de Vasconcellos. O director do *MEP* seria, ademais, considerado modelar do inte-

---

de Leiria, a construção de um paço (neo)gótico de evidente ascendente violletiniano, enquanto recorria aos pressupostos brotados da via mais culta do restauro finissecular, documentando fotograficamente as etapas do trabalho desenvolvido em 1915, preservando os elementos retirados do seu contexto.

[134] A.H./A.N.B.A.L, *Comissão dos Monumentos Nacionaes. Actas das Sessões (1914-1921)*. 25/10/1893. Inédito.

[135] A.H./A.N.B.A.L., *Idem*. 19/04/1894.

[136] TRUJILLO, M. Á. L. (1997). Un Inventário Arqueológico y Artístico Inédito. La Comisión de Monumentos de Guadalajara (1844-1845). *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 231-234.

[137] A.H./A.N.B.A.L., *Idem*. 04/05/1894. Inédito.

[138] Id., *Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. Commissão Executiva. Actas das Sessões (1900--1907)*. 11/07/1901. Inédito.

resse global pelo passado, apesar da sua natural inclinação pelos vestígios arqueológicos. De facto, a sua contribuição abrangia categorias e tipologias mais abrangentes do que as reportáveis aos elementos arqueológicos, merecendo-lhe atenção exemplares arquitectónicos tão diversificados como castelos, muralhas e torres medievais, talvez por se reportarem aos inícios da nacionalidade e se encontrarem com frequência em locais outrora ocupados durante a Proto-história e cuja preservação requeria a conjugação de esforços entre as comissões de monumentos e a «Inspecção Geral das Fortificações e Obras Militares».

Daqui que, em 1906, por exemplo, solicitasse ao *CSMN* a reiteração da salvaguarda da Torre de Menagem do castelo de Braga[139], onde, como já vimos (*vide supra*), se intentava instalar um museu arqueológico[140], e cuja integridade era seriamente ameaçada por intentos demolidores autárquicos aparentemente motivados por especulações prediais. O que não surpreenderia atendendo a outros exemplos. Fora, de facto, o que sucedera com o derrube das muralhas portuenses para expansão e consolidação do tecido urbano ou, ainda, com o apeamento pretendido para o castelo de Guimarães para aproveitamento do material construtivo em novas edificações, designadamente na pavimentação de novas artérias urbanas, quiçá numa expressão (mais ou menos) inconsciente de supremacia da mundividência contemporânea sobre páginas de antanho.

Na verdade, a situação no centro bracarense era tanto mais grave quanto fora solicitada a sua classificação como «monumento nacional», integrando a Torre de Menagem[141], mesmo que, dois anos após o falecimento de A. Bellino, o diploma excluísse da protecção legal «[...] o terrapleno, paiol e mais dependencias pertencendo ao Ministerio da Guerra.»[142], uma posição prolongada para além dos primeiros anos de novecentos. Pois, ainda em 1921, se afirmava que,

> De facto – oh designios do destino! – a cidadela destruiu-se, mas o melhoramento projectado a construir no local onde o velho alcaçar levantou sobranceiro e airoso as suas robustas cortinas jaz há doze anos, apenas nas paredes exteriores, habitação exclusiva e comoda de pombas e pardais que lhe entram em bandos pelas janelas sem portas como orbitas vasias a patentearem ao visitante da cidade dos bispos a desolação do seu corpo sem vida, esventrado, vasio, a inutilidade da sua existencia sem vida![143]

Apesar desta movimentação, entendemos que os problemas sentidos no seio da *CMN* eram mais profundos e, de certo modo, denunciadores do longo arrastamento observado nas suas actividades centrais. De outra forma, como compreender o parágrafo seguinte?

---

[139] Sobre este assunto veja-se RODRIGUES, P. A. R. S. (1998). *Património, identidade e História*, pp. 197-212, onde explanou exaustivamente o assunto, cabendo-nos apenas a missão de apresentar material inédito corroborador das ilações inseridas na sua dissertação.

[140] BELLINO, A. (1905d). Museu em Braga (um apello á Camara). *Comércio do Minho*. Braga. 4765, p. 1.

[141] Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.), *Idem*. 01/08/1906. Inédito; MONTEIRO, M. (1906) – Palácios, castellos e solares de Portugal. VII – a cidadella de Braga. *Ilustração Portuguesa*. 13. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 291.

[142] *Diário do Governo*, n.º 199, de 5 de Setembro de 1908, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1908, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 511.

[143] BEÇA, H. (1921). As muralhas de Braga. *Ilustração Portuguesa*. 7767. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 8-9. Sublinhado nosso.

> Para que se possa levar a cabo a classificação de todos os Monumentos entende que se aproveite a maior parte do tempo das sessões nesse trabalho. Confirma o Snr. Ventura Terra a urgencia daqueles trabalhos, dizendo que para cada Monumento a classificar, se deve tomar nota da sua fundação, da entidade a cujo cargo está, dos artistas que entraram na sua confecção, da data da sua construcção, etc., e que depois em cada um seja colocada uma lapide com essas indicações[144]

De facto, como entender que, volvidos 30 anos sobre a constituição original do *CSMN*, ainda se discutissem questões tão basilares como o método de arrolamento e classificação das estruturas antigas? Na realidade, esta situação não poderá deixar de surpreender. E não apenas pelo ano em que foi assumida, mas, sobretudo, pelos antecedentes ocorridos no interior dos grupos de trabalho que a precederam, onde um dos pontos centrais de discussão residia, precisamente, na delineação do método de trabalho e na aprovação do seu critério. Bastará, para tal, relembrar o conteúdo do questionário elaborado em 1880 pela comissão constituída para o efeito no seio da *RAACAP*, por sugestão governamental[145].

O que terá, então, sucedido para que o seu seguimento tivesse sido aparentemente interrompido ou simplesmente relegado para um futuro algo incerto? Qual a justificação para uma tal letargia quando os membros efectivos das sucessivas comissões eram nacionalmente reconhecidos pela competência profissional nas áreas em que desenvolviam a maior parte das suas actividades? Falta de tempo? Ausência de consenso? Pensamos que não. Pelo contrário, julgamos que esta permanente recuperação de abordagens teóricas indiciará, antes de mais, um certo (senão mesmo profundo) desalento comum aos vogais relativamente à intermitência de competências e actuação às quais se encontravam sujeitos em razão do rotativismo político que impregnara o mais fundo do tecido social, que tudo parecia fazer depender de uma vontade meramente pessoal e circunstancial, como pontuais seriam os próprios desígnios traçados para o país. Além disso, detectamos no parágrafo citado um dos aspectos mais comuns e constantes da realidade portuguesa: o permanente (re)criar, (re)inventar e (re)buscar de soluções há muito encontradas, como se de autênticas novidades se tratassem, mas que expressavam demasiado bem a carência de uma programação concertada de actuações e – talvez o que fosse mais preocupante para o desenvolvimento interno de qualquer sociedade – um quase total desrespeito e desconhecimento do saber acumulado ao longo dos tempos, cuja finalidade, além de concorrer para o aperfeiçoamento do *modus vivendi*, consistia no aceleramento da progressão de um país destinado a um porvir que se pretendia (sempre) melhor. É provável, pois, que este incómodo *status quo* não seguisse uma vontade intrínseca dos vogais, mas, antes, uma determinada estratégia de actuação governamental, visando delongar os objectivos traçados nesta área, uma vez que outros *valores* emergiam numa sociedade ainda profundamente dominada pelos interesses particulares, quantas vezes contrários à valorização monumental (ou não), agora que também os seus mais ínfimos componentes se sujeitavam à impiedosa lei do mercado.

De facto, quando, em 1905, se atingira o auge da discussão em torno da conservação do referencial castelo de Braga, sublinhava-se, justamente, que se encontrava *ameaçado de morte pelos tyrannos vereadores da cidade*[146], os únicos que pareciam ignorar o *valor* do monumento. Além do mais, encontrava-se num estado de aparente boa conservação pois, «[...] só a patine,

---

[144] *Ibidem*. Sublinhado nosso.

[145] *Cf.* primeiro capítulo de MARTINS, A. C. *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial*.

[146] A.H./A.N.B.A.L., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Correspondência (1882-1893)*. 14/06/1905. Inédito.

que o nobilita, nos attesta os cinco seculos da sua honrada existencia.»[147], numa expressão máxima de um certo romantismo nascido à sombra das ruínas [conquanto (algo) tardio], ao mesmo tempo que da consciência da aposição do tempo sobre a superfície monumental e do perfilhamento da abordagem ruskiniana, que utilizara a chama goticista contra a sociedade contemporânea. Para mais, ponderava-se o resgate deste importante elemento da História e particularidade bracarenses através da instalação de um espaço museológico entre a Torre de Menagem e o muralhado medieval, assim como no interior da fortaleza[148], reiterando a sugestão apresentada em 1902 pela presidência camarária, concorrendo «[...] para a sua restauração e para o aproveitamento de tantas outras preciosidades [...].»[149], ao mesmo tempo que se afirmava não estar «[...] Portugal tão miseravel, que se veja forçado a pôr em almoeda as venerandas folhas da sua Historia.»[150]. Ainda assim, A. Bellino entendia que «A torre de menagem deve ficar isolada dos prédios que actualmente occupa o edifício da cadeia, e a parte onde se estabeleceu a guarda será destinada, depois dos convenientes reparos, á communicação com o recinto vedado.»[151]. Aparte disso, «Roma, por exemplo, está semeada de ruinas. O grande *Forum* e o *Palacio dos Cesares* occupam uma superficie immensa em sitio excelente para abertura de novas avenidas e construcção de palacios modernos, e ninguem se lembrou de as destruir [...].»[152]. E A. Bellino desabafava amargamente sobre o assunto a J. Leite de Vasconcellos:

> Venha, continue a vir, que a sua presença mais realça entre estes barbaros! Eu resolvi não passar mais pelo local da destruição, porque me custa encarar, mesmo de longe (como tenho feito) aquelle estúpido desmoronamento. Não sei se por arrelia, se com verdade, alguém me tem asseverado que mais tarde irá também a torre de menagem! Se nós não temos leis que regulem a conservação dos monumentos, por que tanto trabalho e afflição? Acho que vou apprender a dançar e frequentar as soirees. Ao menos faço figura e regalo-me...[153]

O certo é que, ainda em 1914, arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes (1864-1947) propunha o encaminhamento, às câmaras municipais, de uma relação dos «monumentos nacionais» situados nas suas jurisdições, «[...] notificando-lhes que todos os monumentos a cargo das camaras ou doutras entidades são patrimonio da Nação e por tal motivo todos os cidadãos e entidades oficiaes tem o dever de diligenciar para que n'elles se não pratique qualquer vandalismo.»[154], relançando, assim, o tema do passado como um "bem" de todos, para todos e por todos a preservar, um conceito apenas admissível numa sociedade regida por "Estados-Nação".

Mas, no início de novecentos, a maioria das entidades nacionais não teria consciência do manancial histórico, arqueológico e artístico das localidades e regiões onde residia e/ou prepon-

---

[147] *Ibidem*. Sublinhado nosso.

[148] Id., *Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. Commissão Executiva. Actas das Sessões (1900-1907)*. 13/09/1905. Inédito.

[149] BELLINO, A. – Museu de Braga (Projecto), p. 15.

[150] VASCONCELLOS, J. L. de (1905a) – O castello de Braga. Officio dirigido ao Presidente da Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10: 1-2, p. 246.

[151] BELLINO, A. – *Idem*, p. 15. Sublinhado nosso.

[152] VASCONCELLOS, J. L. de (1905b). O castello de Braga. Officio dirigido ao Presidente da Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10: 6-9, p. 375.

[153] Albano Bellino – *[Carta] 24 de Novembro a José Leite de Vasconcellos*. 1905. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2225. Sublinhados nossos.

[154] A.H./A.N.B.A.L., *Comissão dos Monumentos Nacionaes. 1.ª Circunscripção. Actas das Sessões (1911-1914)*. 03/07/1914. Inédito. Sublinhados nossos.

derava social e/ou politicamente. A par disso, pressupõe-se que essas mesmas individualidades, nomeadamente as que detinham responsabilidade política, desconheciam o conteúdo dos decretos publicados nos sucessivos números do *Diário do Governo*. Ou ignorariam, simplesmente, os conteúdos de todos quantos contraditassem os seus projectos, sacrificando os *valores intrínsecos* a favor dos *extrínsecos*, estes últimos conferidos por uma colectividade assumidamente burguesa na sua forma de estar e de olhar, transformando o Mundo numa outra realidade à medida das suas ambições subjectivas, objectivadas perante a ignorância que grassava no seio da população ocidental, de um modo geral, e de países como o nosso, onde a taxa de analfabetismo (para não mencionar a de iliteracia) era indecorosa.

Por tudo isto, o historiador, dramaturgo e romancista Henrique Lopes de Mendonça, (1856--1931) reafirmou o protesto de A. R. A. Bermudes (*vide supra*), sublinhando a urgência de despertar as entidades camarárias para o facto de que todos os monumentos pertencentes ao Estado ou a particulares «[...] são thesouros de grande valor para os quaes ninguem deve deixar de olhar com amor e cuidado.»[155]. E tal como três décadas antes procedera a *RAACAP*, sugeriu a ampla e sucinta divulgação das razões da promoção da salvaguarda monumental, numa prova de como este passo se encontrava ainda por cumprir. Um dos meios mais eficazes de consegui-lo poderia (ou teria de) passar pela nomeação de vogais correspondentes e «[...] auxiliares aos quaes todas as entidades oficiaes devem prestar o seu auxilio.»[156], num testemunho do seu entendimento precursor nesta área e, acima de tudo, do profundo conhecimento que os seus dirigentes detinham da realidade regional e local, onde as leis assinadas em Lisboa pouco ecoariam para lá dos seus arrabaldes. Nada menos surpreendente, pois, ainda em meados de 1905, enviara-se um questionário às edilidades locais para obter um quadro genérico da realidade "patrimonial" do país, incentivando-se personalidades esclarecidas da interioridade a estudar, divulgar e preservar a sua própria *memória*. Mas não bastava. Tal como sucedera quando da formação do *Atheneu Archeologico* de Braga (*vide supra*), também desta vez se considerou adequado constituir um organismo associativo promotor da importância dos vestígios do passado para uma melhor percepção das Histórias locais e regionais carreadas de *valores* significativos, contribuindo para a divulgação do nome das suas administrações e atracção turística, a grande indústria do limiar da nova centúria.

Parecia que, precisamente, em Braga o desrespeito pelos monumentos antigos, independentemente da sua cronologia, categoria, tipologia e estilo, atingia proporções inauditas, num terreno particularmente fértil em termos "memoriais", ou não tivesse sido a sede espiritual, por excelência, desde os alvores cristãos nas actuais fronteiras portuguesas. Era, no entanto, possível que este crescendo de indignação decorresse do facto de a *RAACAP* ter sempre investido na cidade, mercê certamente das incursões e estudos realizados pelo seu presidente, o mesmo quem, em 1883, sublinhara a urgência da fundação de uma comissão local,

> para velar não sómente pela conservação, mas tambem para não se fazer obra alguma seja q. Natureza lhes fosse sem a precioza approvação desse corpo constituido para evitar os disparates, as mutilações, os desconcertos de obras por pessoas ignorantes, do respeito com que a archeologia deve sempre em todos os tempos e nos diversos estylos de architectura ser a vigia intelligente para que se não destruão ou desfigurem os monumentos historicos e artisticos do paiz[157]

---

[155] *Ibid.* Sublinhado nosso.

[156] *Ibid.*

[157] Id., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Correspondência Recebida*, 11/06/1883. Inédito. Sublinhado nosso.

Era, por isto, uma localidade onde residiam vários sócios correspondentes, alguns dos quais desempenhando um papel fundamental no resgate das suas múltiplas *memórias*. Por conseguinte, não foi totalmente inesperada a sugestão do escritor e jornalista Sebastião Correia Lobo de Andrade da Silva Leal (1862-?) para que, de harmonia com os estatutos e regulamento interno associativo, e sobretudo «[...] com o fim de evitar a continuação dos vandalismos que em materia de archeologia se tem praticado em Braga [...], fosse nomeada uma delegação da *RAACAP* na «cidade dos Bispos», onde já existiam 12 sócios correspondentes[158], depois de, em 1876, a *RAACAP* apoiar a formação do *Atheneu Archeologico* de Braga[159] (*vide supra*) perante a impossibilidade de abrir, à época, uma delegação, por aí existirem «[...] tantas reliquias archeologicas, não só na cidade, mas na provincia de que ella é o centro social.»[160], instituindo a classificação de edifícios como "monumentos nacionais".

Apesar da disposição legal de 30 de Dezembro de 1901[161], vislumbrava-se um longo e dificultoso caminho. Mais de um ano volvido, foi o próprio ministro da tutela a exigir do *CSMN* a classificação urgente estipulada no seu art.º 9.º, numa altura em que se registavam movimentações silentes no seio de entidades públicas nele aludidas no sentido de alienar objectos antes

---

[158] A.H./A.A.P., Livro *das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (1904--Fev.º 1908)*. Acta n.º 11, 05/08/1905. Inédito; Id., *Actas do Conselho Facultativo (13/07/1899-16/02/1909)*. Sessão de 28/12/1905. Inédito; Id., *Actas do Conselho Facultativo* (13/07/1899-16/02/1909). Sessão de 20/03/1906. Inédito.

[159] (1876). Synopse. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. S.2, 1:1, p. 4.

[160] A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, n.º 2, 31/08/1892. Inédito. Este exemplo foi seguido logo em 1907, dessa feita por iniciativa de Artur Lamas para a cidade de Leiria (Id., *Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (1904-Fev.º 1908)*. Acta n.º 27, 04/11/1907. Inédito), fundando-se a associação em meados do ano seguinte (Id., *Idem*. Acta n.º 33, 25/05/1908. Inédito), ainda que não nos ambicionados templos da Pena ou de S. Pedro, numa revisitação da "sede-mãe" (Id., *Idem*. Acta n.º 33, 25/05/1908. Inédito) [tal como a delegação bracarense ansiara sediar-se na torre de menagem do castelo (Id., *Actas do Conselho* Facultativo (13/07/1899-16/02/1909). Sessão de 12/05/1906. Inédito), cujo usufruto fora pedido pela *RAACAP* «[...] com alguns quadrados do eirado ou terreiro adjacente, a fim de se installar ahi um Museu Archeologico [...].», embora o cofre associativo não permitisse ocorrer às despesas inerentes (Id., *Livro de Officios da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (Julho de 1905 a Janeiro de 1911)*. Ofício n.º 475. 28/12/1906)]. Uma situação registada 15 anos antes de o Governo abandonar o «Museu Regional de Arte e Arqueologia» que implementara e apoiara (Id., *Correspondência Recebida*. 29/04/1923. Inédito), e a par do apoio obtido de comissões eruditas de foro local e/ou regional entretanto criadas. Foi o caso da «Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém» (Id., *Idem*. 26/06/1917. Inédito), que lhe requerera toda coadjuvação dispensável às actividades que pretendia encetar (Id., *Idem*. 31/07/1916. Inédito). Mas foi também o da «União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo» que lhe remetia relatórios periódicos e preparava as visitas dos seus membros, assim como do «Grupo Pró-Évora», concebido seis anos antes por Maria José da Silva Pessanha (1865-1939) (Id., *Actas da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses (10/12/1912-10/03/1917)*. Sessão de 16/11/1916. Inédito) (a relembrar a titulação da *Sociedad Pro-Monte Santa Tecla*, a funcionar desde, pelo menos, 1914), quando pediu à – já então – Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) que evitasse o arrendamento camarário dos terrenos adjacentes à muralha eborense (Id., *Correspondência Recebida*. 15/04/1922. Inédito). A estas agremiações acresciam-se os exemplos autárquicos, como o de Santarém, ao recorrer à AAP para que tentasse anular a portaria governamental autorizando a demolição da varanda do edifício do seu seminário (Id., *Idem*. 27/07/1921. Inédito). Não devemos, contudo, e apesar de pensados ainda no século precedente (decerto com base nos exemplos estrangeiros conhecidos pelos seus dirigentes), secundarizar o facto de estes agrupamentos terem sido formados sobretudo a partir de 1905, indiciando, assim, o conhecimento e a influência exercida pelas reuniões internacionais de arquitectos, nomeadamente do seu sexto congresso celebrado no ano anterior em Madrid, onde, justamente, se reclamara a constituição de sociedades de amigos dos monumentos junto às próprias comissões monumentais como forma de efectivar a sua tutela e legitimar o respectivo restauro.

[161] *Cf. Diário do Governo*, n.º 14, 17 de Janeiro de 1907, p. 172; *Diário do Governo*, n.º 14, de 17 de Janeiro de 1907, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1907. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.

de serem classificados, processo que complicaria (senão mesmo proibiria) sobremaneira a sua futura transacção. Foi mesmo este receio que moveu o *CSMN* a providenciar medidas que evitassem a sua venda antes de serem legalmente protegidos. Não obstante, o *CSMN* listou as categorias e tipologias de classificação apenas no início de 1904, enquanto tardava a publicação da lei de protecção dos monumentos. Este impasse ou, melhor dizendo, esta imensa delonga internos incomodou alguns membros, como Ramalho Ortigão (1836-1915), para quem urgia (re)tomar a elaboração de uma *lei de protecção aos monumentos*[162], insistindo na sua rápida classificação como único garante da sua efectiva preservação. Tornava-se, por isso, imprescindível determinar a propriedade e a tutela dos edifícios pertencentes ao Estado, autarquias e – absoluta novidade – particulares, assumindo um ponto de clivagem em termos de pensamento (proto)patrimonial português.

Parecia, no entanto, que a urgência deste procedimento não era (re)conhecida por todos, como no caso de F. Larcher, para quem bastaria apor inscrições nos monumentos para acautelar a sua protecção, sem aguardar o processo completo de classificação, pois, além de moroso (e, na verdade, infindável, dado que decorreria, no fundo, do trabalho de inventariação), esbarraria com uma série de imponderáveis, certamente resultante de impedimentos (mais ou menos) subtis (re)tirados da ambição pessoal dos círculos social e economicamente preponderantes. Além disso, F. Larcher considerava que, se efectuado independentemente da aferição da propriedade de cada edifício a proteger legalmente e do seu arrolamento geral, o processo de classificação trilharia um árduo percurso desenhado no horizonte sensitivo da sociedade nacional para a causa do resgate da *memória*. Apresentaria, por isso, o conteúdo de projectos de *leis protectoras* que expusera à Câmara dos Pares, sugerindo a criação de comissões locais de modo a envolver as comunidades na preservação das estruturas antigas que possuíssem e contribuíssem para a sua afirmação identitária e engrandecimento económico através da motivação turística. Mas alguns vogais, como J. Carlos Mardel de Arriaga (1848-1921), receavam essa constituição num país onde o poder local(ista) se revestira sempre de uma (indesejável) emancipação que raiava por vezes as franjas da insubordinação ao poder central, com o qual procurava desarticular-se a fim de validar actuações mais licenciosas. Reconhecer-se-ia, contudo, a existência, em recônditas paragens nacionais, de individualidades profundamente interessadas nos monumentos e na sua conservação à revelia das dificuldades burocráticas que impediam e/ou delongavam o exercício das suas vontades circunstanciais.

E os exemplos, infelizmente, abundariam. Em meados de 1905, noticiava-se a intenção, por parte da municipalidade bracarense, de vender o terreno onde se erguia o castelo para construções particulares. Situação que A. Bellino entendia poder evitar-se se fosse classificado como «monumento de arte militar», sem o que *a responsabilidade do vandalismo não será minha*[163], assaz plausível perante o entendimento dos próprios dirigentes camarários, para quem,

> n'aquella demolição encontra deante de si as quatro paredes d'um antigo castello e restos das velhas muralhas da cidade, castello sem uso ou applicação alguma, [...]. Respeita, venéra a camara os antigos monumentos, sobretudo quando n'elles se attesta a riqueza e desenvolvimento das artes, ou quando perpetuam factos historicos que seria crime obliterar. Nada d'isto succede, porem, no

[162] A.H./A.N.B.A.L., *Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. Actas das Sessões (1900-1907)*. 20/01/1904. Inédito.

[163] Id., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Correspondência (1882-1893)*. 10/05/1905. Inédito.

> caso presente; e, se bem que não desconheça a Camara que é sempre interessante guardar e manter as tradições d'uma terra, como a usa mais vehemente sinceridade e amôr por esta cidade, affirma que não é possivel hesitar, em face d'esta consequencia irredutivel: todo o obstaculo á eliminação do classificado monumento valeria por um indestructivel tropeço ao mais notavel melhoramento de Braga[164]

A (pouca) experiência portuguesa que ditava a manutenção da *CMN* no *MOPCI*, graças aos esforços envidados por arquitectos vivamente conhecedores da tradição francesa nesta área, ainda que não fosse injustificada, não funcionava verdadeiramente no terreno, ressentindo-se, quer o inventário, quer a classificação, quer os projectos de conservação e/ou restauro dos edifícios que os exigissem. E quais as razões? A justificação residiria num vasto conjunto de condicionalismos internos, embora desenvolvido em torno das enormes resistências instaladas no seio da própria tutela onde os interesses económicos subalternizavam quase sempre as valências culturais. Era, aliás, o que subentendera A. Bellino, em 1902, ao referir que,

> Para V. Ex.ª calcular até que ponto vae o abandono pelas nossas glorias monumentaes basta dizer-lhe que sendo eu vogal correspondente em Braga, há meses que o Ministerio das Obras Publicas encarregou de dirigir a restauração da Egreja de Arnoso um empregado das obras publicas!!! Isto dá vontade de cruzar os braços e deixar correr[165].

De facto, parecia que apenas com a sua conexão aos estudos artísticos e arqueológicos, pelo regime republicano, se imporia oficialmente relevantes prerrogativas patrimoniais, de entre as quais a possibilidade de expropriar se revelava uma das suas faces mais visíveis e enérgicas, ainda que dificilmente aplicável num território que despertava para o assunto e nem sempre da forma mais pacífica. Mas, em certos casos, seria a única solução[166]. Não era, todavia, suficiente. Havia, sobretudo, que investir seriamente na área da conservação preventiva para evitar uma intervenção de restauro, porquanto mais invasiva e complexa, abrindo cursos específicos e concursos públicos de projectos arquitectónicos criteriosamente seleccionados por júri compe-

---

[164] Id., *Idem*. 21/06/1905. Inédito. Sublinhado nosso.

[165] Id., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Correspondência (1882-1893)*. 10/04/1902. Inédito. Sublinhado nosso. Fora o que sucedera, em 1895, no templo de Sta. Cruz de Coimbra, «Respeitado durante mais de tres seculos e meio, foi preciso que agora alli entrasse a repartição de obras publicas do districto de Coimbra, de olhos vendados e com plenos poderes de vandalisar e destruir, para que lhe fosse vibrada a primeira injuria, – que seria uma torpeza, se antes d'isso não fosse uma cousa imbecial!» (Id., *Idem*. 24/10/1895. Inédito). Infelizmente, esta situação manteve-se durante longos anos, como em 1902, dessa feita em relação à catedral da Guarda, onde «[...] o encarregado das obras confiara ao mestre canteiro, sem lhe fornecer modelos de especie alguma, a execução de certas gargulas que resultaram tão grotescas quanto era de espera da rude phantasia de um operario sem a menor noção de desenho, embora naturalmente habilidoso.» (Id., *Commissão dos Monumentos Nacionaes. Igrejas (G-L)*. 21/04/1902. Inédito), porém, *não muito em accordo com o respectivo estylo architectonico* (*Ibid.*).

[166] Foi o que ocorreu em 1920 com a denominada *Domus Municipalis*, em Bragança, que o Coronel de Infantaria Albino dos Santos Pereira Lopo (1860-1933) entendia dever integrar a propriedade estatal, «[...] por que, a não ser assim, em breve desaparecerá pelo estado de ruina e abandono, que é uma verdadeira vergonha, [...].» (Id., *Idem*. 23/11/1920. Inédito), embora quase duas décadas depois de a *Secção de Archeologia* da *RAACAP* a considerar visigoda e um simples fragmento de uma estrutura maior, acrescentando-lhe, assim, maior valência face aos escassíssimos exemplares identificados entre nós, razão da sua recomendação como «monumento nacional» (A.H./A.A.P., *Actas da Secção de Arqueologia (26/02/1901-15/01/1909)*. Sessão de 26/12/1901. Inédito), e quinze anos após a chamada de atenção pública para o seu estado ruinoso (MONTEIRO, M. (1906) – Relíquia arquitectónica. O antigo Paço Municipal de Bragança. *Ilustração Portuguesa*. S.2, 11. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 338).

tente, como previra a *RAACAP* (então denominada *Associação dos Architectos Civis Portuguezes*)[167], a exemplo do planeado para a construção de *propriedades ruraes*[168].

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das inúmeras iniciativas, fruto do seu incansável desvelo e pródiga investigação arqueológica, A. Bellino não conseguiu materializar o seu principal projecto: a fundação do museu arqueológico bracarense. Uma marca que nunca se desvaneceu da sua mente, antes entranhando-se no mais íntimo do seu ser e uma das causas – estamos em crer – da sua morte tão precoce. Enquanto isso, a sua colecção particular distribuiu-se, após 1906, entre as instituições museológicas que lhe mereceriam maior confiança: Sociedade Martins Sarmento, *MEP* e o Museu de Etnologia da Universidade do Porto. Quanto ao museu bracarense, propriamente dito, fundou-se mais de uma década depois, em 1918, no Paço Arquiepiscopal, com a designação de D. Diogo de Sousa, em homenagem a uma das personalidades que mais se empenhou no estudo, salvaguarda e divulgação dos vestígios antigos de Braga, em plena era renascentista (*vide supra*).

Volvidos anos sobre o seu falecimento, a viúva, Delfina Rosa de Oliveira Cardoso Bellino, respondeu nos seguintes moldes, num desabafo amargo que em nada ocultava a sua enorme desilusão, e em missiva dirigida a J. Leite de Vasconcelos, traduzindo o sentimento de quem acompanhara o quotidiano de alguém que dedicara a sua existência à investigação arqueológica e à manutenção dos vestígios antigos na comunidade que os herdara:

> quando V.ª Ex.ª faltar há de haver muitos que dizem, o Dr. Vasconcellos era um homem trabalhador, mas hade haver tambem quem diga, ainda podia ter feito mais do que o que fez, e passado um anno, já ninguem pensa no homem que tam grandes beneficios prestou a sciencia, a não ser que d'aqui a cem annos lhe não celébrem o centenario[169]

Todavia, não nos deixa de surpreender que, usufruindo de um inegável capital económico, ao mesmo tempo que social e, sobretudo, religioso, A. Bellino não conseguisse materializar uma situação que alimentava de modo provisório. Uma dúvida que nos assalta ao relembramos o facto de viver e actuar numa cidade, como Braga, conhecida pelo ascendente eclesiástico que detinha nos destinos da religiosidade nacional, conseguindo (ainda que não plenamente assumido), pelo Partido Nacionalista, um deputado bracarense dos dois eleitos em 1905. Mas talvez residisse nesta íntima proximidade entre o investigador e os círculos religiosos bracarenses o insucesso da maioria dos seus projectos, cuja concretização dependia, antes de mais, de uma decisão político-administrativa municipal. E apesar de se interessar por variadíssimos temas

---

[167] A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo*, n.º 15, 20/05/1864. Inédito.

[168] Id., *Idem*, n.º 37, 08/02/1866. Inédito. É possível, ademais, que o sucesso alcançado com esta primeira experiência interessasse outras entidades a procurar a *AACP* em situações similares, como parece confirmar o recebimento, neste ano de 1875, de um ofício do presidente da comissão responsável pela construção do colégio de órfãos «S. Caetano», na cidade de Braga, pedindo-lhe que nomeasse um sócio para o júri de selecção dos projectos (Id., *Idem*, n.º 84, 26/05/1875. Inédito).

[169] Delfina Rosa de Oliveira Cardoso Bellino – *[Carta] 17 de Junho a José Leite de Vasconcellos*. 1914. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de J.L.V. 2246.

arqueológicos, a verdade é que manteve sempre uma maior comunhão com o passado romano bracarense, possivelmente pela relevância que envolvera a urbe desde tempos imemoriais e pela necessidade de (re)afirmar o poder do seu Paço Episcopal, ou por ser, tão somente, o arcaísmo mais notado nas suas reminiscências.

Com efeito, não esqueçamos o clima de crescente anticlericalismo lançado sobre o Portugal de finais do século XIX, inícios do XX, sob influência republicana, depois de longamente trilhado pelo Liberalismo, fosse por intermédio do seu posicionamento radical (anticongregacionista), fosse pela defesa da laicização da sociedade. Ou, ainda, restringindo os assuntos religiosos ao domínio privado, retirando-lhe a propriedade sobre a educação, por um lado, e a legitimação de um regime monárquico agonizante, por outro, aspectos amplamente discutidos na imprensa e expostos por nomes maiores da nossa intelectualidade.

Um ambiente adverso que o próprio bispado soubera interpretar atempadamente, recusando, na sua maioria, a apoiar os políticos católicos, incluindo o Partido Nacionalista, saído das fileiras regeneradoras, apesar da protecção declarada de Leão XIII – que A. Bellino tanto admirava e elogiava (*vide supra*) –, professo neotomista, perscrutador de um equilíbrio entre fé e razão e incentivador do denominado 'catolicismo social', seguindo-se uma tendência observada, por exemplo, em Espanha, com as acções empreendidas para ultrapassar uma Europa liberal e ateia[170]. Nomeadamente em 1891 (ano da realização do Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga, antecedendo, em um ano, o de Sevilha, onde se fixaram procedimentos relativos à Pré-história[171]), com a encíclica *Rerum novarum* (sobre a questão operária), dotando este instrumento papal de um assumido cunho participativo e vaticinador relativamente à envolvência civil. E não deixa de ser sintomático (especialmente para o caso aqui exposto) que a primeira tradução da encíclica *Aeterni Patris* (1879) – dissemelhada da *Finis Patriae* de A. Guerra Junqueiro (1850-1923), publicada em 1891 na sequência da repressão política registada posteriormente ao *Ultimatum* – fosse editada num jornal católico vimarenense, com o apoio do Conde de Samodães[172], defensor da preservação dos registos histórico-culturais[173] e do estudo das ciências naturais para comprovação do acto divino. Um movimento que ganharia bastos adeptos entre nós, reunindo-se em centros católicos operários, um dos quais sediado em Braga, abraçando-se o espírito da orbicular papal *Au Milieu des Solicitudes*, datada de 1892, na qual se preconizava o compromisso dos católicos com a república, com nítidas intenções de alcançar o poder institucional através do sistema eleitoral favorecendo-se das conjunturas políticas. Talvez tenha sido esta *a* razão da ausência de um ilimitado apoio aos projectos de A. Bellino, contornando susceptibilidades políticas e, com isso, granjear maiores aderentes, num retrato do "Portugal profundo" da época.

Foi, assim, neste clima de acentuada instabilidade que A. Bellino desenvolveu as suas competências, acalentou expectativas e viu derruir o seu sonho, a relembrar as palavras que F. Martins Sarmento lhe dirigiu, tão actuais volvidos 100 anos sobre a morte do investigador bracarense:

---

[170] ALLENDE, J. M. (2003). Los inícios de la Prehistoria en España: Ciência *versus* Religión. *El Clero y la Arqueologia Española. II Reunión Andaluza de Historiografia Arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte/ /Universidad de Sevilla, p. 105.

[171] Id., *Idem*, p. 109.

[172] GOMES, J. P. (2004). Mapa de recepção do neotomismo. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4: 1. O século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 450.

[173] *Cf.* GONÇALVES, E. C. C. – *Católicos e políticos (1870-1910): o pensamento e a acção do Conde de Samodães.*

O que tem é que, com estes serviços à ciência, a gente acaba por ver umas poucas de libras fora do bolso e não raro apanha uma descompostura, que não apanharia se estivesse muito quieto em sua casa, sem se lembrar da ciência e dos seus cultores. No entanto, como temos mãos, também podemos dar quatro socos e isso em certa idade é bom e faz bem[174]

Lisboa, Janeiro de 2007

FONTES E BIBLIOGRAFIA

a. Breves referências arquivísticas

Arquivo Histórico da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa.
Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

b. Breves referências bibliográficas

(1876). Synopse. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. S.2, 1:1, p. 4.
(1981). *Dicionário de História de Portugal*. In SERRÃO, J. ed. lit. – Porto: Livraria Figueirinhas.
(1994). *História de Portugal*. MATTOSO, J., ed. lit. – vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa.
(2002). *História Religiosa de Portugal*. In CLEMENTE, M.; FERREIRA, A. M., eds. lits. – Lisboa: Círculo de Leitores.
(2004). *História do Pensamento Filosófico Português*. In CALAFATE, P., eds. lit. – 4:1. O século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores.
(2005). *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento. A secção de Albano Belino. Catálogo da Exposição*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 27.
(2006). *Portugal Como Problema*. In CALAFATE, P., ed. lit. – 3. *Século XIX. A Decadência*. Lisboa: Público/Fundação Luco-Americana.
ALLENDE, J. M. (2003). Los inícios de la Prehistoria en España: Ciência *versus* Religión. *El Clero y la Arqueologia Española. II Reunión Andaluza de Historiografia Arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 99-112.
BARBOZA, I. DE V. (1873). Os Monumentos. *Commercio do Porto*.
BAUMER, F. L. (1992). *O Pensamento Europeu Moderno*. 1. Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 101.
BEÇA, H. (1921). As muralhas de Braga. *Ilustração Portuguesa*. 7767. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 8-9.
BELLINO, A. (1895a). *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga. Algumas freguezias ruraes*. Porto: Typograhia Occidental, p. VII.
— (1895b). Inscripções romanas ineditas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 12:3, p. 97-102.
— (1896). *Novas inscripções romanas de Braga (ineditas)*. Braga: Typographia Lusitana.
— (1900). *Archeologia Christã. descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal.
— (1903) – Novo deus bracarense. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 8, p. 46-47.

[174] Excerto da carta endereçada por F. Martins Sarmento a A. Bellino, a 28 de Fevereiro de 1898, publicado em *Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento*, p. 28. Sublinhado nosso.

— (1905a) – Bracara Augusta. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 10, p. 118-119.
— (1905b) – Epigraphia Romana de Braga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1., 10, p. 15.
— (1905c) – Museu de Braga (Projecto). *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 10, p. 15-16.
— (1905d) – Museu em Braga (um apello á Camara). *Comércio do Minho*. Braga. 4765, p. 1.
— (1909) – Cidades mortas (estudo póstumo). 1. Relatório das minhas explorações nas estações arqueológicas suburbanas de Braga e nomeadamente do Monte Redondo. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1., 14, p. 21.

BENDONCES, A. C. L. (1997). La labor arqueológica de las Comisiones de Monumentos. El exemplo de la Comisión de Monumentos de Navarra. *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 239-243.

BERCÉ, FRANÇOISE (2000). *Des monuments historiques au patrimoine. Du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Flammarion, p. 21.

BLANCO, J. R. (2001). *De varia restauratione. Teoría e historia de la restauración arquitectónica*. Valladolid: R&R, p. 108.

BROWN, D. B. (2001). *Romanticism*. London: Phaidon, p. 12-13.

CARDOSO, A. (1997). *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do séc. XX*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 15.

CARVALHO, F. S. (1999). *Rostos de uma identidade lusitana: reformulação do mito sebástico em cavaleiro andante de Almeida Faria*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Estudos Portugueses – Literatura Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CHASTEL, A. (1986). La notion de patrimoine. In NORA, P., ed. lit. – *Les Lieux de Mémoire*. 2. Paris: Éditions Gallimard, p. 414.

COSTA, L. V. DA (1998). *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, ensino, e restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa.

DANIEL, GLYN (1975). *Un Siglo y Medio de Arqueología*. Ciudad del Mexico: Fundo de Cultura Económica, p. 147-57.

DEAMOS, M. B. (2003). Arqueologia y clero rural. Cristobal R. Jurado Carrillo, cura de Niebla (Huelva). *El Clero y la Arqueologia Española. II Reunión Andaluza de Historiografia Arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 131-164.

Diário do Governo, n.º 14, de 17 de Janeiro de 1907, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1907. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo, n.º 199, de 5 de Setembro de 1908, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1908. Lisboa: Imprensa Nacional.

ESPERANÇA, JORGE (1996). *Património. Políticas e práticas culturais*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Sociología. Universidade de Évora, p. 126.

FERNANDES, J. M. (1999). Ministério das Obras Públicas. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 485-486.

FERREIRA, D.-M. (1997). *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, p. 8.

FINDLEN, P. (1994). *Possessing Nature: museums, collecting, and scientific culture in Early Modern Italy*. Berkeley: University of California Press.

FIORELLI, G. (1867). *Sulle Scoverte Archeologiche*. Napoli: Stabilimento Tipos Ghio, p. 80.

GAMA, M. (2004). Sampaio Bruno: um percurso de heterodoxia. In CALAFATE, P., ed. lit. – *His-*

tória do Pensamento Filosófico Português. 4: 1. O século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 213.

GAMBOA, M. E. N. (1999). *Liberdade, igualdade, identidade nacional: uma leitura liberal do nacionalismo*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Teoria e Ciência Política. Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, p. 18-21.

GARRETT, A. (1997). Introdução. *Romanceiro Almeida Garrett*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 3.

GOMES, J. P. (2004). Mapa de recepção do neotomismo. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4: 1. O século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 450.

GONÇALVES, E. C. C. (2003). *Católicos e políticos (1870-1910): o pensamento e a acção do Conde de Samodães*, Texto policopiado. Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

HENSON, P. M. (2004). A national science and a national museum. *Proceedings of the Californian Academy of Sciences*. 55, 1: 3. San Francisco: Californian Academy of Sciences, p. 39.

HÉRITIER, A (2003). *Genèse de la notion juridique de patrimoine culturel. 1750-1816*. Paris: L'Harmattan, p. 14.

HÜBNER, E. (1871). *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

LUZ, J. L. B. DA (2002). A propagação do positivismo em Portugal. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4:1 I. *As Luzes*. Lisboa: Caminho, p. 239-261.

MANAÇAS, V. M. T. M. (1991). *Museu Nacional de Arte Antiga. Uma leitura da sua História (1911--1962)*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, p. 16.

MARTINS, A. C. (2003). *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

— (2005). *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação (1863-1963)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa.

MONTEIRO, M. (1906a). Palácios, castellos e solares de Portugal. VII – a cidadella de Braga. *Ilustração Portuguesa*. 13. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 291.

— (1906b). Relíquia arquitectónica. O antigo Paço Municipal de Bragança. *Ilustração Portuguesa*. S.2, 11. Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 338.

MURPHY, K. D. (2000). *Memory and Modernity: Viollet-le-Duc at Vézelay*. Pensylvania: Pensylvania State University Press, p. 10.

Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento. A secção de Albano Belino. Catálogo da Exposição. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2005.

NETO, M. J. B. (2001). *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929--1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 36.

ORTIGÃO, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, p. 85.

PEREIRA, M. M. C. (1999). *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa: ISCTE, p. 77.

RAMOS, I. F. (2002). *O Poder do pó. O pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 173-174.

RÉAU, L. (1994). *Histoire du Vandalisme*. Paris: Éditions Robert Laffont, p. 9.

RECHT, R. (2003). Hommage a Prosper Mérimée. L'invention du monument historique. *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 4. Paris: Académie des Inscriptions et B elles-Lettres, p. 57.

RODRIGUES, P. A. R. S. (1998). *Património, identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de oitocentos*. Texto policopiado. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa.

ROSAS, L. M. C. (1995). *Monumentos pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História da Arte. Universidade do Porto, p. 15-29.

SARMENTO, F. M. (1883). *Expedição Scientifica à Serra da Estrella, em 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 22.

SEVERO, R. (1903). A collecção archeologica de Albano Bellino, em Braga. *Portugália*. Porto. 1, p. 651.

SILVA, J. P. N. DA (1877). Novas descobertas archeologicas em Portugal. Britonia. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. S.2, 2:2, p. 27.

TRUJILLO, M. Á. L. (1997). Un Inventário Arqueológico y Artístico Inédito. La Comisión de Monumentos de Guadalajara (1844-1845). *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 231-234.

VARNHAGEN, F. A. (1842). *Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem*. Lisboa, p. 1

VASCONCELLOS, J. L. DE (1903). Cidade velha de Santa Luzia. *O Archeologo Português*. Lisboa. 8: 1, p. 21.

— (1905a). O castello de Braga. Officio dirigido ao Presidente da Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10: 1-2, p. 246.

— (1905b). O castello de Braga. Officio dirigido ao Presidente da Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10: 6-9, p. 375.